Nos dias 18 e 19 de Fevereiro de 2019, realizou-se a Reunião Ordinária 477º do Conselho Estadual de Saúde (CESAU), das 08h30 às 17h00, no Auditório do Conselho 2 Estadual de Saúde, situado na Avenida Almirante Barroso, 600, Praia de Iracema -3 4 Fortaleza – CE. Nos dias 18 e 19 de Janeiro a reunião contou com a presença dos 5 Conselheiros: Marcos Antônio Gadelha Maia (Representante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará – SESA); Maria da Paz Andrade Monteiro (Representante do Ministério 6 7 da Saúde - MS); José Nilton Macedo Filho (Representante da Secretaria das Cidades do 8 Estado do Ceará); Reginaldo Alves das Chagas (Representante do Conselho estadual de Secretários Municipais de Saúde - COSEMS); Sônia Maria Araújo Gonçalves 9 (Representante da Secretaria de Educação de Estado do Ceará – SEDUC/CE); Jimilly 10 Mendonça Maciel (Representante da Federação das Misericórdias e Entidades 11 Filantrópicas do Ceará – FEMICE): José Wilson Meireles da Trindade (Representante das 12 Instituições Privadas de Saúde do Estado do Ceará – AHECE E / SINDESECE); Leandro 13 Alves Gonçalves (Representante das Entidades Estaduais dos Médicos); Pedro Alves de 14 Araújo Filho e Benício Paiva Mesquita (Representantes das Entidades Estaduais dos 15 Odontólogos): Geusa Maria Dantas Lélis (Representante das Entidades Estaduais dos 16 Enfermeiros); Gerlene Castelo Branco Coelho, Rosana Iório Ferreira, Luzianne Feijó 17 Alexandre Paiva Guimarães e Arismênia Maria Almeida Lima Gois (Representantes das 18 19 Entidades Estaduais de Outros Profissionais de Saúde de Nível Superior); Nara Cristina Batista Teixeira (Representante das Entidades Estaduais de Representação dos 20 21 Profissionais de Saúde de Nível Médio); José Teles dos Santos e Marliza Martins 22 Rodrigues (Representantes do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho); Marjory 23 Romão de Sousa Oliveira (Representante dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Ceará); Asevedo Quirino de Sousa (Representante dos Agentes de Endemias); José 24 Araújo Júnior (Representante de Profissionais de Nível Médio do Estado do Ceará -25 26 FETRANCE/SINPAOCE); Francisco de Assis Almeida de Albuguerque (Representante da 27 Central Única dos Trabalhadores – CUT e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do 28 Brasil - CTB); Davyane Farias Correia e Francisca Claudia Pires de Sousa Nonato 29 (Representantes da Federação de Entidades de Bairros e Favelas – FBFF e Central de Movimentos Populares - CMP); Kílvia Maria Lima de Oliveira Teixeira (Representante das 30 Comunidades Indígenas do Estado do Ceará); José Cardoso Mendes (Representante da 31 32 Federação dos Trabalhadores, Empregados e Empregadas do Comércio e Serviços do Estado do Ceará – FETRACE); Benedito Ricardo da Silva (Representante da Federação 33 dos Trabalhadores da Agricultura do Ceará - FETRAECE); Laciana Farias Lacerda 34 35 (Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); Francisca Josilene 36 Fernandes dos Santos (Representante da Pastoral da Criança); Agnel Conde Neto e Raimundo Otávio de Vasconcelos (Representantes das Entidades de Portadores de 37 Patologia); Darcy Oliveira de Araújo (Representante dos Orgãos de Defesa da Mulher); 38 39 Maria José Cardoso da Silva (Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do 40 Segmento de Usuários do Município de Grande Porte – Fortaleza); Maria Irene Filha de 41 Sousa (Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários na Área Metropolitana de Fortaleza: Caucaia e/ou Maracanaú); Francisca Gregório de Oliveira 42 (Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários dos 43 44 Municípios de Grande Porte da Região Sul do Estado do Ceará); Antônia Márcia da Silva 45 Mesquita e Edilson de Sousa Machado (Representantes de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários dos Municípios da Região Norte do Estado do Ceará); 46 Lucinéa Oliveira Pires de Freitas (Representante das Associações Beneficentes de Idosos 47 e Aposentados do Estado do Ceará). Justificaram ausências: Linconl Diniz Oliveira, Lúcia 48 de Fátima Queiroz, José Wilson Teixeira, Maria Arnete Borges e Esmael Rogue Ferreira. 49

50 Não justificaram ausência: Ministério da Educação e Cultura – MEC; Rede de Catadores e Federação das Organizações Comunitárias e Pequenos Produtores do Ceará -51 52 FECOMP; Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários 53 dos Municípios de Médio Porte do Estado do Ceará; Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários dos Municípios de Pequeno Porte do 54 Estado do Ceará e Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do 55 56 Adolescente - CEDCA/CE. Participaram da Reunião, os Assessores Técnicos do 57 CESAU: Francisco Gilson Rocha Lima, Joana D'Arc Taveira dos Santos, José Hibiss Farias Ribeiro, Lucivaldo Farias Maciel, Manoel Rodrigues e Silva Costa, Maria Socorro 58 Cardoso Nogueira Moreira, Maria Goretti Sousa Pinheiro, Maria Valbenia Almeida, Paulo 59 César de Araújo, Rogena Weaver Noronha Brasil e Hariadina Salveano de Sousa Apoio: 60 Álvaro Mariane Neto, Ozenir Honório da Silva, Francisco Rodrigues Soares Filho, Manoel 61 Geraldo Neto. Vitor Jorge Freitas Cavalcante, Luis Lúcio de Sousa Neto, Francisco 62 Nathanyel Lima Rebouças e Ana Cristina Tabosa. Estagiários: Francisco Edson Farias 63 Lima, Tyciane Kelly Araújo de Souza Silva e Rotseana Gonçalves Bezerra. A Pauta constou 64 com os seguintes pontos: Data: 18 Fevererio de 2019, 8h00 às 08h30 - Acolhimento: 65 08h30 às 09h00 - Informes; 09h00 às 10h00 - Pareceres Técnicos e Recomendações; 66 10h00 às 12h00 – Apresentação da Gestão da SESA; 12h – Almoço; 13h às 14h – Sistema 67 DigiSUS - Maria da Paz Andrade Monteiro - Núcleo Estadual do Ministério da Saúde -68 69 NEMS/CE;14h às 17h – Tentativa de Municipalização da Saúde Indígena e 6º Conferência 70 Nacional de Saúde Indígena – 6ª CNSI – Neto Pitaguary – Presidente do CONDISI/CE; 17h - Encerramento, Pauta do dia 19 de Fevereiro de 2019 - 8h00 às 08h30 -71 Acolhimento; 08h30 às 09h00 - Informes; 09h00 às 09h30 - VI Congresso Brasileiro de 72 Direito e Saúde; 09h30 às 12h00 - Regimento Interno do CESAU; 12h - Almoço; 14h às 73 15h – Plano Estadual de Oncologia; 15h às 17h – 8a Conferência Estadual de Saúde; 17h 74 75 - Encerramento. A condução da Reunião Ordinária se deu Com o Presidente Pedro Alves de Araújo Filho abrindo para os informes. O Conselheiro José Teles dos Santos 76 77 informou a realização de duas reuniões da CIST com a finalidade de realizar dois eventos da comissão, sendo eles, uma audiência pública para tratar da saúde do trabalhador do 78 79 SUS e o outro um Seminário para tratar da saúde do trabalhador. Sendo este último 80 realizado nas macros de Sobral e Cariri. Aproveitou a oportunidade para solicitar que os conselheiros membros da Câmara Técnica de Orçamento e Finanças se preparassem para 81 prestação de contas do 3º quadrimestre da SESA. O Conselheiro Francisco de Assis 82 83 Almeida de Albuquerque informou que devido ao desmonte do Ministério do Trabalho por parte do Governo Federal, a OAB junto com as centrais sindicais estão realizando várias 84 reuniões, seminários e manifestações em defesa do Ministério do Trabalho. Ainda com a 85 palavra, o Conselheiro convidou a todos os presentes a participarem da manifestação na 86 87 Praça do Ferreira em defesa da Previdência Social. O conselheiro José Cardoso Mendes falou sobre a sua participação no evento 1º Encontro de Mesas Diretoras e Comissões de 88 Educação Permanente realizado no Estado do Piauí. A Conselheira Maria Irene Filha de 89 90 Sousa expôs sua indignação ao não constar seu nome no parecer recomendativo da 91 CTOF mesmo diante de sua assiduidade. Em Resposta, o Presidente informou que solicitará a Secretária Executiva os esclarecimentos acerca do assunto, tendo em vista que 92 93 é a Secretaria que faz o controle de frequência, informou também que os pareceres 94 contêm os nomes dos conselheiros e membros que estavam presentes no dia da reunião em que houve a elaboração do parecer. A Conselheira Antonia Marcia da Silva Mesquita, 95 informou que o municipio de Sobral realizará sua Conferência no dia 11 de abril de 2019 96 97 além de estabelecido a realização de 7 (sete) pré Conferências que ocorrerão 2 (duas) 98 semanas antes da Conferência. A conselheira Kilvia Maria Lima de Oliveira Teixeira

99 solicitou a relação de municípios com diagnósticos realizados que tivessem comunidades indígenas, tendo em vista a necessidade de articulação e verificar se de fato estão sendo 100 101 respeitados os assentos para indígenas nos conselhos municipais. No uso da fala, o 102 Conselheiro Raimundo Otávio de Vasconcelos agradeceu ao apoio dado pelo Cesau ao evento realizado em dezembro de 2018 pela entidade do conselheiro. A Conselheira 103 Davyane Farias Correia justificou a sua ausência nas reuniões das câmaras e comissões 104 105 as quais pertence bem como na reunião do pleno devido a doença. O Conselheiro José 106 Araújo Junior expôs que o município de Icó já definiu a realização de 10 (dez) pré conferências e parcialmente a 17ª CRES já está de posse do calendário das conferências 107 municipais. O conselheiro Agnel Conde Neto comunicou que foi solicitado na reunião 108 109 anterior, um ponto de pauta acerca dos medicamentos de alto custo. Mas solicitou que 110 fosse retirada da pauta, pois foi dada entrada no processo junto ao Ministério Público Federal, tendo em vista que a responsabilidade do custeio desse tipo de medicamento é 111 112 da esfera federal. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho reiterou o informe do Conselheiro José Cardoso Mendes, dizendo que foi um encontro Nacional de Mesas 113 diretoras e comissões de educação permanente, explanou que esse encontro foi uma 114 115 deliberação de um encontro anterior ocorrido em Brasília, disse ainda que foi muito 116 produtivo e que existem alguns encaminhamentos para a melhoria dos processos de capacitação dos conselheiros. Ainda com a fala, o Presidente Pedro Alves de Araújo 117 118 Filho fez o informe do Decreto 32.906 de 21 de dezembro de 2018 que trata da contenção 119 de gastos, e enfatizou a situação dos carros da SESA inclusive do Cesau. O conselheiro 120 Leandro Alves Gonçalves informou que recebeu por e-mail apenas a pauta, faltando os 121 pareceres. Em resposta o Presidente Pedro Alves de Araújo Filho disse que já foi solicitado a Secretaria Executiva o envio prévio dos documentos aos conselheiros. 122 Presidente Pedro Alves de Araújo Filho informou ao Conselheiro Marcos Antônio 123 124 Gadelha Maia que estava sendo discutido o Decreto 32.906 que trata da contenção de despesas. A Conselheira Francisca Claudia Pires de Sousa Nonato informou que a Sra 125 126 Percides, do SIMPRESE, gostaria de fazer um informe sobre a saúde do Hospital da 127 Mulher. Com o uso da fala, a Sra. Percides se apresentou e informou que saiu um comunicado não oficial dizendo que o Hospital da Mulher bem como o Hospital Nossa Sra. 128 da Conceição serão administrados por uma Organização Social - OS e que a escolha 129 130 desta OS será por consulta pública. Aproveitou ainda para solicitar orientações de como proceder, tendo em vista que não tomou conhecimento de aprovação deste assunto pelo 131 Conselho Municipal de Fortaleza. Em resposta, o Presidente Pedro Alves de Araújo 132 Filho orientou que essa demanda fosse levada primeiro ao CMS de fortaleza. A Presidenta 133 134 do Conselho do Hospital da Mulher com o uso da palavra, reiterou a informação da tentativa por parte do Prefeito de Fortaleza de passar a administração do Hospital da 135 136 Mulher para uma OS e solicitou o apoio deste colegiado para evitar essa mudança de administração. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho falou que o Cesau convidará 137 o CMS de Fortaleza para uma discussão acerca do tema levantado. A Conselheira 138 139 Marjory Romão de Sousa Oliveira solicitou o apoio deste colegiado para com os agentes de saúde do Estado, tendo em vista que os Agentes de Saúde do Município em sua grande 140 maioria já recebem o piso da categoria, ao contrário dos Agentes do Estado. O Presidente 141 142 Pedro Alves de Araújo Filho falou que sempre as reuniões ordinárias começam com a 143 apreciação dos pareceres das câmaras técnicas, mas devido a urgência do tratamento e dos esclarecimentos, passou a fala para a Secretária Executiva para que a mesma 144 pudesse explanar sobre os eventos em decorrência do decreto. Com a palavra 145 Secretária Executiva Maria Goretti Sousa Pinheiro disse que após tomar conhecimento 146 do decreto, foi informada pelo Dr. Marcos Antonio Gadelha Maia que todos os carros da 147

148

149150

151

152

153154

155

156

157

158

159

160

161

162

163164

165

166167

168

169 170

171

172173

174

175

176

177

178 179

180 181

182 183

184

185

186

187 188

189

190

191

192

193

194 195

196

SESA inclusive os carros do Cesau seriam recolhidos devido ao alto custo para a SESA e que mesmo esclarecendo o papel do Cesau, a resposta recebida foi que a situação do Cesau seria analisada posteriormente, que não seria engessado. Informou ainda que como Secretária Executiva, não estava ocupando esse cargo para aquentar abuso, e que sempre tratou a todos com muito carinho, não expôs os responsáveis pela agressão sofrida no final de semana, mas pediu a todos ser tratada com o mesmo respeito. Com a palavra o conselheiro Marcos Antônio Gadelha Maia quis entender se a questão do decreto veio a tona devido ao recolhimento dos carros. Informou que no inicio da gestão também foi surpreendido e que existem coisas nesse decreto que não é possível reproduzir na Secretaria de Saúde como está, Inclusive estão rediscutindo algumas coisas desse decreto por que a Procuradoria Geral do Estado - PGE já está cobrando um conjunto de planos de acões para executar o que esta no decreto. Disse ainda que de acordo com a data do decreto, muita coisa já era para ter sido executada. Esplanou um pouco sobre algumas metas estabelecidas no decreto, como a redução de 10% dos terceirizados, 10% nos contratos de cooperativas; e acha que a pessoa que escreveu isso deveria ter conversado com os gestores da SESA antes de estabelecer essas metas. Disse ainda que no final de tudo globalmente a SESA terá que fazer um esforço para reduzir os custos totais da Secretaria de Saúde, e a proposta em conversa com a SEPLAG é que essa redução não seja linear em algumas aréas, por exemplo, sabe-se que existe margem para a redução de cooperativas, mas não reduzindo o serviço, esse é o problema, por que não se pode chegar para um diretor de hospital e dizer "olhe, reduz 10% das suas cooperativas, ai o diretor vai lá, tira médico, tira enfermeira e o paciente como é que fica nessa ai?". Informou ainda que se é para reduzir custos, é preciso saber como será a estratégia, e que a proposta é que se chegue a uma meta global mas que a redução em algumas áreas cheque 15% e outras pode ser 5%, no entanto se está trabalhando para uma meta global de redução de custos da Secretária. Quanto ao transporte, o Conselheiro Marcos Antônio Gadelha Maia disse que tiveram uma conversa essa semana e por ordem do secretário para entender como é que estava funcionando a questão do transporte na SESA. O custo anual com transporte incluindo manutenção dos veículos e combustível é em torno de 15 milhões, e inclusive foram identificadas algumas coisas que não estão regulares. Está sendo construído um outro tipo de contrato para abordar o transporte, exemplificou que no atual contrato do transporte continha manutenção de arcondicionado, bem como outros problemas. Ressaltou a importância de fazer esse exercício e cortar na própria carne para não sacrificar a assistência ao paciente, por que se é para reduzir, se reduzirá onde pode, mas sem comprometer a assistência ao paciente. Falou ainda que se for até para o secretário ficar sem carro, por não se poder cortar dentro do contrato da cooperativa, por que isso comprometerá a assistência do paciente, irá cortar. Agora não existe carro exclusivo para Secretário, agora se tem carros disponíveis para o uso dos secretários, houve inclusive redução do número de carros. Chamou a atenção que se precisa trabalhar e entender que precisamos fazer um esforço para ter uma Secretaria mais eficiente. Numa Secretaria eficiente, o foco não é para ganharmos mais e sim para cidadão ganhar mais; reforçou o argumento utilizando as reclamações do conselheiro Agnel acerca das diálises, dizendo que a SESA teve que aportar cerca de 5 milhões para que os pacientes com insuficiência renal não ficassem sem assistência, tendo em vista o estabelecimento de um teto no repasse do Ministério da Saúde. Disse que nesse processo de redução, alguns terceirizados já foram cortados e outros também serão e com relação a modelos de gestão, ressaltou que não defende nenhum modelo, e que inclusive tem coisas no modelo de cooperativa que não concorda, bem como algumas coisas do modelo de OS, defende o modelo que entreque o melhor resultado de saúde

197

198

199

200

201202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212213

214

215216

217

218

219

220

221222

223224

225

226

227228

229

230

231232

233

234

235

236237

238

239240

241

242

243244

245

para o cliente. Relatou que existem estudos em outros estados que comprovam que o modelo OS é mais eficaz, mas é preciso colocar isso em pauta para ser discutido junto ao Cesau. Salientou que o Secretário Cabeto trará ao Cesau um plano para os recursos humanos da SESA para ser discutido ponto a ponto. Colocou também que a transparência será prezada como nunca e que está sendo construído um plano de trabalho para os próximos 100 (cem) dias para as coisas que são urgentes em serem resolvidas, como a situação dos pacientes nos corredores dos hospitais. Salientou também que se sabe que o problema dos pacientes nos corredores não é só do hospital, mas também é culpa da rede de assistência que não funciona bem, chamou a atenção para os hospitais que recebem algum incentivo do Estado e não cumprem o que foi pactuado, e que na sua concepção, esses recursos não deveriam mais ser liberados, e citou como exemplo, um hospital que não possui desfibrilador na sala de parada. Ainda com o uso da palavra, disse que os profissionais de saúde têm que fazer uma meia culpa acerca da atual situação da saúde, bem como os gestores, e ressaltou que se todos fizessem uma reflexão de meia culpa se constatará que no sistema de saúde, todos somos coniventes com as coisas, pois se sabe de coisas que estão erradas, mas somos coniventes. Também relatou uma conversa com alguém do HGF e lhe foi relatado coisas absurdas que acontecem lá dentro como o caso de políticos que tem pessoas inseridas dentro do hospital para conseguir exames, mas que as pessoas que sabem não tomam as providências cabíveis, e disse ainda que solicitou que as denúncias relatadas chegassem formalmente por escrito e documentado, pois só a denúncia muitas vezes não é necessária para a adoção de medidas mais eficientes, e se não tem nada documentado fica quase impossível fazer algo. Outro caso relatado foi um caso de um servidor do hospital de Messejana que fazia coisas absurdas, mas quando o processo foi aberto e chegou a avaliação deste servidor na PGE, era melhor que a do próprio secretário. O Conselheiro Marcos Antônio Gadelha Maia lembrou que o foco era o cidadão, e que se for preciso fazer um sacrifício maior do servidor e ou da gestão em benefício do cidadão será feito. Falou também que em sua concepção a peca mais importante é o paciente, pois só existe o cargo de médico por que existe alguém que precisa de atendimento médico, disse que o médico é importante, mas o paciente é mais. Ressaltou mais uma vez que não faz predileção quanto a modelo "A ou "B", o modelo que entrega o melhor resultado de saúde para o cliente é que tem seu voto. Voltou ao ponto do transporte e reafirmou que houveram sim alguns cortes para não sacrificar a assistência, citou como exemplo o serviço de transplante que não pode parar, assim como não parou. Terminou a fala e ficando a disposição para maiores esclarecimentos. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho lembrou da importância da inclusão deste item na pauta, tendo em vista a necessidade de esclarecimentos aos conselheiros. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa expressou sua expectativa de encontrar o Dr. Cabeto, tendo em vista rumores de sua vinda a reunião do pleno, falou ainda que o Dr. Cabeto parece o "Lombardi", pois se ouve muito falar mas não se vê. Brincadeiras a parte o conselheiro disse que era complicado. Disse também que o paciente não está só no médico ou na enfermeira e sim no todo, pois todo trabalho que é feito na SESA tem um propósito que é a saúde do nosso povo. Ainda com a palavra, disse que podem até achar que o trabalho realizado não gera impacto, mas impacta por que ele é fruto do que aconteceu ou em prevenção de algo que possa acontecer. Lembrou ao Secretário e Conselheiro Marcos Antonio Gadelha Maia que na SESA existem muitos bons servidores que são ótimos técnicos mas que por motivos políticos são escanteados, e aproveitou para citar como exemplo o caso do coordenador da CORES, que foi convidado muitas vezes para as reuniões e não comparecia. Relatou também que se atrasou para a reunião em virtude da indisponibilidade de veículos, tendo que caminhar do Centro até a sede da SESA. Em

246

247248

249

250

251252

253

254

255

256

257

258

259

260

261262

263

264265

266267

268

269

270271

272273

274

275

276277

278

279

280281

282 283

284

285286

287

288289

290

291

292

293

294

relação as nomeações, ressaltou que existe uma resolução do Cesau que trata da inclusão da Secretaria Executiva no organograma da SESA, e que já foi tomado conhecimento de que algumas regionais de saúde já renomearam seus coordenadores e as nomeações do Cesau ainda não aconteceram e o questionamento é o porque que isso está acontecendo e o porque de não oficializar logo essas nomeações para que os gestores do Cesau possam ter o poder da caneta e finalizou dizendo diretamente ao Secretário que a economia não se dá na demissão e sim na excelência do atendimento ao nosso povo e que um profissional de saúde bem remunerado prestará um bom atendimento ao povo, pois muitas das vezes o paciente precisa somente de quem escute, mais um profissional ganhando mal e sabendo que perderá a gratificação não atenderá o paciente com a excelência que se espera. E que saúde não é apenas ausência de doença e sim um conjunto de situações como moradia, lazer e salário digno. Conselheiro Agnel Conde Neto disse que concorda com a fala do Dr. Marcos no tocante a redução no quadro de colaboradores, pois como acompanha a situação do HGF de perto, é testemunha de que existem muitas pessoas sem necessidade. Disse ainda que iá havia feito solicitações as mesas anteriores uma maior fiscalização das unidades de saúde, pois isso é dever do conselho e chamou a atenção do Secretário para a abertura da clínica de hemodiálise que já está pronta, mas falta uma autorização e a recomendação da OMS quanto ao espacamento entre as macas. A Conselheira Laciana Farias Lacerda falou que discorda da fala do conselheiro Agnel, é uma desumanidade para com aquelas pessoas que estão nas unidades de saúde cuidando das pessoas, pois não se passa 100% do tempo dentro de um HGF para saber quantas pacientes foram atendidos por aquele profissional sem falar nas grosserias recebidas antes que ele se encostasse um pouco. Falando diretamente para o Dr. Marcos, disse que não tinha experiência em gestão, porém já havia andado muito no Estado do Ceará e tem visto coisas que até Deus duvida, e uma das coisas faz referências ao transporte; a conselheira questionou aos conselheiros se algum deles sabia que os carros da SESA se não todos os carros do governo estavam rodando com a documentação atrasada e com multas. Questionou ainda que se os carros do Cesau forem parados numa blitz da Polícia Rodoviária Federal não seguirão viagem e que as multas estavam sendo descontadas em contra cheque dos motoristas e mesmo assim as multas ainda não foram pagas. Argumentou que a primeira coisa para a economia da SESA era a regularização dos veículos, pois o conselho e os secretários precisam dos carros para as atividades, assim como o pagamento das multas, pois como é arrecadação para o Estado, o dinheiro volta. No que diz respeito a servico de saúde, disse que concorda em número, gênero e grau, e ainda complementa a fala do conselheiro Asevedo, temos que cuidar mais do nosso material humano, nós temos que cuidar de quem cuida de nós, o trabalhador está recebendo um enorme fardo nas costas sem saber pra onde ir, e a pergunta é quem está cuidando deles, pois nunca se teve tanto servidor de saúde sendo atendido pelo CAPS, sem falar do medo, tanto o medo de não se aposentar quanto o medo de perder a estabilidade da gratificação, que muitas vezes é o que complementa o sálario. Em relação a assistência a saúde, compartilha uma experiência vivida com o técnico Lucivaldo, numa visita técnica de diagnóstico ao CMS de Guaraciaba do Norte e no momento que estava ocorrendo a visita chega a informação de que acabara de haver uma tentativa de assassinato ao médico do hospital do município dentro da própria unidade, e foi solicitada permissão para visitar também o Hospital, mesmo esta unidade não recebendo nenhum tipo de repasse do Governo Estadual, porém é daquela unidade que saem os casos agravados para Sobral direto para atenção terciária. A conclusão do diagnóstico revelou 5 médicos, 5 enfermeiros e 5 técnicos de enfermagem e uma demanda imensa e crescente. Chamou a atenção para visitas de diagnóstico apenas nos hospitais

295

296297

298

299

300 301

302

303

304

305

306

307 308

309

310311

312

313314

315

316

317

318

319

320

321 322

323

324

325326

327

328

329330

331 332

333

334335

336

337

338339

340

341342

343

que recebem recurso do Estado, pois se está fiscalizando os repasses de recursos do Estado, mas não estamos acompanhando os trabalhos dos CMS na base, para que eles façam seus trabalhos na origem. A situação do hospital de Guaraciaba do Norte que por sua vez tem um Prefeito médico, fecharia as portas imediatamente, inclusive a diretora do Hospital já pediu exoneração. E reiterou ser de suma importância fiscalizar os recursos do Estado, mas o acompanhamento dos CMS. O Conselheiro Reginaldo Alves das Chagas disse que por vezes é passada a impressão de que o Controle Social é oneroso à SESA e seria em tese supérfluo e que ponderou que essa é uma avaliação equivocada. O conselheiro mencionou que o Dr. Marcos disse que a atual gestão terá um processo de transparência que ninguém jamais viu; porém um controle social fortalecido, não existe ferramenta melhor para esse processo de transparência e se for possível empoderar tanto os conselhos municipais quanto o conselho estadual, as denúncias poderão ser melhores apuradas, os ralos poder ser melhor identificados e fechados. O conselheiro também disse que as vezes parece que os debates ocorridos no Cesau não melhoram em nada a assistência, porém o Cesau tem sim o seu papel no SUS e além de tudo é constitucional. Chamou a atenção para prolixidade do conselho, o que por vezes também dificulta uma melhor eficácia do mesmo, porém não se vê dentro desse processo de redução de despesas o motivo para redução dos carros do Cesau, tendo em vista as necessidades do Cesau quanto ao transporte, usou como exemplo a conselheira Arnete que é cadeirante. mas não estava presente na reunião exatamente por não haver veículo para apanhá-la e chamou atenção para o fato de que: qual a importância da política de saúde para deficientes para a gestão se nem a representante a gestão permitiu que fosse apanhada. Pediu ainda que a SESA não visse o Cesau como um antagonista ou como uma atrapalho, pelo contrário, se a SESA empoderar esse pleno, é possível fazer uma parceria e uma articulação que juntos possam enfrentar os problemas. Falou também da interferência política nos hospitais, onde os procedimentos realizados em sua grande maioria tem solicitação política e não são regulados. O conselheiro José Teles dos Santos guestionou diretamente ao Secretário como ficarão as atividades do Cesau mediante o corte dos carros, ressaltou inclusive a impossibilidade de aquisição de passagem terrestre para os conselheiros da região metropolitana de Fortaleza. Falou ainda que o Cesau não tem condições de sofrer redução de pessoal, tendo em vista a grande quantidade de trabalho e a pouca quantidade de colaboradores. O conselheiro Raimundo Otávio de Vasconcelos relatou a falta das cestas básicas concedidas aos pacientes de HIV/AIDS do HGF e do Hospital São José além da nova medida implantada no Hospital São José que estabelece a entrega da medicação dos pacientes de HIV/AIDS somente com a presença do médico e com a apresentação da receita; aproveitou para solicitar o apoio dos Secretários no diálogo com o Diretor do Hospital para a revogação desta medida. O conselheiro Agnel Conde Neto tentou reaver a palavra, mas logo foi questionado pelo Preseidente Pedro Alves de Araújo Filho se sua fala estava dentro da pauta, em seguida o conselheiro Agnel Conde Neto argumentou dizendo que sempre é concedida a palavra para outros conselheiros e que isso o estava chateado. O presidente Pedro Alves de Araújo Filho solicitou que o conselheiro Agnel se reescrevesse. O Conselheiro Leandro Alves Gonçalves citou o regimento para que fosse colocado em votação se o conselheiro Agnel usava a palavra ou não. Em resposta o presidente Pedro Alves de Araújo Filho argumentou que o conselheiro Agnel não se escreveu, não pediu esclarecimento, não disse o que queria e que não era questão de ordem. Logo em seguida, disse diretamente aos Secretários presentes que o DECRETO 32.906 inviabiliza as atividades do Cesau, explicou ainda que existe lei federal, lei estadual e que um decreto não é superior a essas leis. Colocou também que como já existe um decreto antigo que limita a concessão de diárias e

344

345

346347

348

349

350

351

352

353

354

355

356357

358

359360

361

362363

364

365366

367

368369

370371

372

373

374375

376

377

378379

380 381

382

383 384

385

386

387 388

389

390 391

392

passagens para os conselheiros da região metropolitana e que essas necessidade eram supridas pelos carros do Cesau e por necessidade de rever essa postura e justificar a PGE se for o caso que existe uma lei Estadual que regulamenta isso. O Secretário pediu para passar a palavra para a Dra. Tânia, tendo em vista que a mesma teria que sair para uma outra reunião. Com o uso da palavra a Dra. Tânia informou que teria uma reunião com os representantes da RNP's e com a direção do Hospital São José e que na próxima reunião do Pleno os conselheiros teriam uma resposta de como ficou definida a situação dos atendimentos. O Secretário Dr. Marcos Gadelha disse que discorda da forma de como é executado o orçamento do Cesau, na sua visão o Cesau deveria ser seu próprio ordenador de despesas. Disse também que tem como proposta de reformulação da execução orçamentária do Cesau e nela esteja contida também o transporte. Outro ponto esclarecido pelo Secretário foi a questão dos pedidos políticos, lembrou que participou da gestão anterior e desafiou aos conselheiros indicarem alguma pessoa indicada politicamente por ele a algum cargo na SESA, no entanto, no inicio dessa nova gestão já recebeu inúmeros pedidos de políticos, mas que não atendeu a nenhum desses pedidos e que inclusive recebeu ameacas; finalizou sua fala solicitando ao Secretário de Planejamento e Gestão Dr. João Marcos Maia, que tem discutido com a PGE que esclarecesse alguns pontos aos conselheiros. Com a palavra, o Secretário Dr. João Marcos Mais disse que assumiu a pouco tempo e que vem da Secretária da Fazenda, ressaltou que o Estado do Ceará é um dos poucos se não o único estado com equilíbrio fiscal e elevado nível de investimento, informou também que se o Ceará não tivesse feito nenhum investimento, o ano fecharia com o caixa positivo em 4 bilhões de reais, porém isso não dava o direito de não ser racional com a execução dos gastos e que esse é o motivo do decreto. Informou ainda que no final do ano passado, especialmente o secretário Maio Júnior, mais o COGERF, que o órgão responsável pela coordenação de todas as execuções orçamentárias e financeiras de todas as unidades do Estado, foi levado ao Governador um conjunto de medidas. Medidas estas que anteriormente eram mais bruscas, em torno de 25%, tornando esse novo conjunto de medidas mais precisas, na casa dos 10%, sendo sinalizados os principais itens de despesas como cargos comissionados, combustível, e terceirizados. Inclusive, informou que os próprios Secretários também tiveram os carros recolhidos. O atual Secretário do Planejamento Dr. Mauro Filho está revendo algumas deliberações do decreto com o Ex-Secretário Maia Júnior e que ainda não se chegou ao real número do corte e que ítem de despesa sera mais trabalhado, porém alguma coisa já tem que ser feita, tendo em vista que para 2019 o financeiro já é 10% menor que 2018. O secretário João Marcos disse que concorda com o pensamento do Secretário Marcos Gadelha de que o Cesau deveria ser o gestor e ordenador de seu próprio orçamento, mas que há a necessidade de o próprio Cesau também fazer o trabalho de racionalização pois o objetivo é manter o Estado equilibrado e com capacidade de investimento, pois sem isso não será possível comprar equipamento e nem realizar investimentos no aperfeiçoamento do sistema de saúde e que a ideia não é cortar gastos e sim otimizar os gastos. Falou ainda que é preciso corrigir os vícios do passado, como o apadrinhamento político, a ingerência e interferência política e o mau uso dos recursos do sistema de saúde, e que isso é uma exigência da sociedade. Expôs ainda um pedido politico recebido por ele com 10 itens, querendo nomeações, cargos terceirizados e em resposta disse que estava cortando 600 pessoas. Disse também que não quer tirar a oportunidade das pessoas trabalharem, no entanto, se está dentro do sistema de saúde é para trabalhar e produzir, e que convocou a equipe de Tecnologia da Informação T.I para solicitar o controle de frequência de todo o pessoal para verificação, alem disso, o controle de consumo de medicamento será feito por uma tecnologia

393

394395

396

397

398 399

400

401

402

403

404

405

406

407 408

409

410

411 412

413

414

415

416

417

418

419 420

421

422

423 424

425

426

427

428

429 430

431 432

433

434

435 436

437

438

439

440

441

chamada de RFID. Afirmou ainda que nenhum centavo da saúde será gasto fora da saúde. Sobre a gratificação GITQ, informou que a lei já está pronta, a mesma já passou pelo crivo de toda a direção da SESA e logo será discutida junto ao Cesau, mas antes sera discutida com a SEPLAG para estudo de impacto financeiro, esta mesma lei convalida todas as gratificações pagas anteriormente, tendo em vista que GITQ em vigor foi considerada ilegal pela PGE. Explicou o porque da GITQ ser considerada pela PGE, dizendo que decreto e nem portaria podem criar gastos. Com a nova lei convalidando os pagamentos realizados no passado e estabelecendo um novo modelo para a concessão da gratificação que dependerá de avaliação de desempenho, que por sua vez também será discutida com o Cesau. Finalizou dizendo que não era justo uma gratificação de desempenho que não mede desempenho e o colaborador que não estiver contribuindo com índice de desempenho daquela área, terá a gratificação reduzida. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho relembrou que as discussões anteriores tratavam-se de uma inclusão de pauta. A Secretária Executiva Maria Goretti Sousa Pinheiro disse que ficou feliz do Dr. Marcos Gadelha lembrar que anteriormente o Cesau era o seu próprio ordenador de despesas e que a volta desse mecanismo reduzirá e muito a burocracia. Disse também que concorda na medida de recolhimento dos carros de algumas áreas, tendo em vista diversas situações em que os carros não eram liberados ao Cesau para realização de atividades porque os veículos estavam a disposição de outras pessoas, no entanto é necessário uma maior sensibilidade para com o Cesau, pois os trabalhos realizados são de relevância pública. O conselheiro Agnel Conde Neto disse que não tem conhecimento do decreto. Perguntou diretamente ao Secretário Dr. Marcos Gadelha como está a situação da investigação policial sofrida pelo HGF. Denunciou ainda a venda de medicamentos em feiras livres de Fortaleza. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho orientou ao conselheiro Agnel Conde Neto que solicitasse a inclusão na pauta de CANOAS. A conselheira Geusa Maria Dantas Lélis iniciu sua fala dizendo que é servidora do Estado lotado no HGF desde de 1992 e que sua fala será em defesa do HGF e dos servidores lá lotados, disse também que boa parte dos cargos comissionados de DAS 2 estão sendo ocupados por terceirizados e não por servidores e que muitas vezes é difícil formalizar uma denúncia como por exemplo de um colaborador que bate o ponto e não vai para o setor, pois não se tem uma escala pré definida. Expôs a preocupação dos servidores que todo inicio de ano surgem rumores de devolução de GITQ, mas que estava feliz por ver que essa situação já está sendo regularizada, mas no entanto queria muito que a mesma viesse com reajuste, pôs o valor ainda é de 2001 e que se faca realmente uma revisão do que ocorre dentro do HGF. O Conselheiro Leandro Alves Gonçalves disse que de acordo com a fala do Secretário João Marcos, que disse que muitos servidores utilizam atestados médicos para não trabalharem, não estão cometendo nenhum crime, pois a emissão de atestado médico tem fé pública e no que diz respeito ao furo de filas, não só politico mas como também outros "jeitinhos" que podem existir de outras maneiras, sugere que seja disponibilizado nos portais das instituições o fluxo para a realização de exames e cirurgias mais complexas, para que os pacientes tenham noção. A Conselheira Antônia Márcia da Silva Mesquita desejou mais uma vez boas vindas aos Secretários Dr. João Marcos Maia e Dr. Marcos Antônio Gadelha Maia, relatou que pesquisou sobre a passagem do Dr. João Marcos Maia pela Secretaria da Fazenda e que constatou que, ele fez um trabalho formidável e que seu trabalho na saúde obtiver os mesmos resultados será uma grande revolução, no entanto se preocupa é que a saúde é uma pasta tão complexa que tudo deságua na saúde, a educação deságua na saúde, a segurança deságua na saúde e entende que é preciso cortar gastos aonde não se produz, no entanto disse que ante de cortar é preciso fazer uma avaliação mais aprofundada, inclusive para

442

443

444

445

446

447 448

449

450

451

452

453

454

455

456

457 458

459

460 461

462

463

464

465

466 467

468

469

470

471

472 473

474

475

476 477

478

479

480 481

482

483

484 485

486

487

488

489

490

saber de fato como fazer aquela área produzir mais, entende também que toda mudança de gestão traz essa discussão e que ela é muito desgastante. Ainda com a palavra, disse que deseja que a gestão entenda que antes de cortar os gastos é preciso saber o que aquele gasto representa para não se cometer erros e falhas. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa disse que estava ouvindo atentamente e teve a impressão de que quem tinha assumido o governo do Estado tinha sido o PSTU, pois não se justifica, pois estamos vindo de uma continuidade de um governo do mesmo grupo político,e atualmente o discurso é de que agora terá controle, como se anteriormente não houvesse. Disse também que muitas vezes Secretarias, setor financeiro, COASF foram convidadas a prestar esclarecimentos e não compareciam por que as pessoas que ali estavam eram indicações políticas, que poderiam não ter a chancela do Secretário, mas a chancela já havia sido dada e quando as nomeações vem de cima, não dependem do Secretário. Falou também que o problema não está em não saber da distribuição de medicamentos e sim nas empresas que constantemente solicitam realinhamento de preços e que comparar o custo da saúde no Brasil é diferente de comparar ao custo da saúde na Europa, quando que aqui não se tem saneamento básico e lá tem, lá não tem doenças tropicais e aqui tem. sem falar que aqui não tem como prever as viroses. Ainda com a palavra disse que os Secretários ficarem sem carro não gera economia alguma, ressaltou ainda que foram citados os carros do Cesau e do COSEMS, porém o Cesau consta dentro da estrutura da SESA e o serviço é voluntário, diferente do COSEMS. O Sr. Clayton Magalhães iniciou sua fala se apresentando, chamou a atenção dos conselheiros presentes que o Secretário Dr. João Marcos Maia veio da área macro econômica, e hoje está numa política social, lembrou que na área macro econômica não existe participação popular. Ressaltou que a produção do serviço de saúde é trabalho vivo, de homens e mulheres, por mais tecnologia que se incorpore, por mais medidas economicistas que se coloque, são trabalhadores que produzem as ações de serviços de saúde nas mais diversas unidades de saúde. E dentro dessa perspectiva, vê que o maior problema hoje para os trabalhadores e dirigentes sindicais da SESA é a força de trabalho. Disse ainda que em sua passagem pelo conselho, foi produzido um documento onde se buscava tecer um estudo sobre a força de trabalho por categoria de trabalhadores, em suas 12 categorias, foi solicitado os dados e que no entanto nunca foram fornecidos, pois se tem médicos que são remunerados por OS, remunerados pelo salário de servidor, médicos e outros profissionais que recebem por RPA e ainda tem pagamentos de plantão e dentro dessa perspectiva que estima-se de 75 a 85% dos servidores da rede SESA já perfazem uma condição de aposentadoria, justificou que estima-se por não ter tido acesso aos dados solicitados mesmos com a lei de acesso a informação. Sugeriu também que os conselheiros retomassem a documentação, pois seu objetivo final é atender o paciente e produzir as ações de serviços de saúde, eles serão feitos pela mão dos trabalhadores por mais tecnologia que se incorpore. Relatou que ainda durante sua passagem pelo Conselho, esteve com o então Secretário da Fazendo Dr. Mauro Filho e o mesmo dizia que despejava os 12% recursos da saúde e não via resultado. Finalizou expondo que existe um corpo de trabalhadores que produzem ações de serviços de saúde que são vinculados a outra Secretaria mas recebem recursos da saúde e do fundo estadual e que dentro dessa perspectiva era importante a disponibilização dos dados e que os conselheiros se atentassem pois a rede SESA corria o risco de entrar em colapso devido a sua força de trabalho. A Conselheira Laciana Farias Lacerda disse que a saúde do Estado não anda dissociada da saúde dos municípios, não adianta tentar gerar economia de palito, se não formos na base, naquilo que está efetivamente gerando o prejuízo, por que a lógica da saúde internacional é a prevenção e a promoção da saúde e somente no Brasil a lógica é o tratamento da doença e enquanto

491

492 493

494

495

496 497

498

499

500

501 502

503504

505

506 507

508

509510

511512

513

514

515

516

517518

519

520

521522

523

524525

526

527

528

529

530531

532

533534

535

536

537

538

539

se trabalhar essa lógica, a lógica mercadológica de saúde como mercado, nós não iremos conseguir gerar economia. O Dr. João Marcos Maia, disse que a guestão levantada sobre a intersetorialidade é muito pertinente pois habitação de qualidade e saneamento básico impactam diretamente na saúde, e comentou que o Secretário Dr. Cabeto preocupado com isso, irá propor todo o recurso do FECOP, que gira em torno de 600 milhões por ano que se destinem a habitação e saneamento e isso é uma decisão que o governador deverá tomar. Outro tópico falado pelo Dr. João Marcos Maia foi sobre o plano de curto prazo. disse que foi feito um diagnósticos e foi criado um conjunto de medidas que será apresentado ao Cesau que visará corrigir as questões mais críticas e emergenciais que afetam o sistema de saúde como um todo, e lá estão elencadas uma série de medidas que irão acontecer nos próximos 100 (cem) dias. Falou também que não se trata de continuidade ou descontinuidade do governo, é óbvio que é uma continuidade e foi dada prioridade a restruturação da rede, foram construídos hospitais regionais, foram construídas policlinicas, foram construídas muitas coisas do ponto de vista físico, agora a prioridade é outra, é gestão estamos saindo do modelo de gestão empírico para um modelo de gestão por resultados, o que nos obriga a reformular rever uma serie de modelos administrativos e isso vai passar também pelo Cesau, ressaltou que o fato de ser dito que haverá aperfeiçoamento do controle e aperfeiçoamento do modelo de gestão não quer dizer que estava errado. Falou também que o "complice" será estruturado na SESA com código de ética, conselho de ética, corregedoria e tudo que for necessário. Ainda com o uso da palavra, concordou com a fala do Sr. Clayton Magalhães no tocante a reestruturação das carreiras dos servidores no sistema de saúde, e defende que seja revisto todo o modelo de carreira o sistema de saúde, e inclusive os modelos remuneratórios, para que se enquadrem dentro do novo sistema de gestão por resultados. O Secretário, Dr. Marcos Antônio Gadelha Maia, falou sobre a saúde prisional, disse que um dos principais problemas é o não entendimento por parte dos gestores acerca dos territórios populacionais, além da população carcerária não está cadastrada e nem estratificada e sem essas informações é impossível planejar uma ação de saúde. Conselheira Laciana Farias Lacerda sugeriu levar essa discussão de forma ampliada para a CANOAS. O Secretário, Dr. Marcos Antônio Gadelha Maia falou que um dos maiores problemas da Saúde hoje são as doenças crônicas, porém se conseguirmos controlar essas doenças, já se tem uma melhora na eficiência do sistema de saúde e dentro da população carcerária estão pessoas com doenças crônicas mas que não estão diagnosticadas e ou estratificados e terão demandas agudas. A Sra. Liana, enfermeira do sistema prisional relatou que não sabe para onde vão os dados passados semanalmente por eles para a Secretaria da Justiça hoje SAP – Secretaria da Administração Penitenciária. O Sr. Otávio Caracas informou que como dentista do sistema prisional, alimenta o SISODONTO na intranet da Secretaria. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho solicitou que fosse contextualizado a situação da saúde no sistema prisional. O Sr. Clayton Magalhães disse que basicamente a política de atenção a saúde prisional não existe, e o pleito é que o governo do Estado estruture uma articulação entra a SAP e a SESA para definir quem será a responsável pela a execução dessa política, além da regularização dos vínculos com os profissionais de saúde, que estão precarizados. A Conselheira Laciana Farias Lacerda sugeriu a título de encaminhamento a realização de um seminário com a presença dos atores envolvidos nessa temática. O Sr. Clayton Magalhães disse a temática precisa pautar a agenda pública, e propõe uma audiência pública e como resultado dessa audiência a realização de um seminário. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho colocou a proposta da audiência pública em votação. E a mesma foi aprovada com 25 votos a favor, 0 contra e 1 abstenção. O Presidente Pedro

540

541542

543

544

545546

547

548

549

550

551

552553

554

555556

557

558559

560

561562

563

564

565

566

567568

569

570571

572

573

574575

576

577

578579

580

581

582

583 584

585

586 587

588

Alves de Araújo Filho passou para a apreciação dos pareceres recomendativos das câmaras técnicas e comissões, CÂMARA TÉCNICA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DA REGIONALIZAÇÃO ASSISTÊNCIA NO SUS - CTOF/CANOAS:, sendo o primeiro o parecer recomendativo N° 01/2019 - ASSUNTO - Solicitação de análise da proposta de cofinanciamento com recursos do Tesouro do Estado para os Hospitais: Polo, Estratégicos, Regionais e Macrorregionais para prorrogação de desembolso financeiro até o mês de junho de 2019. O Sr. Juliano, Diretor administrativo do Hospital São Camilo de Itapipoca, relatou que deu entrada em um processo solicitando mudança do perfil do Hospital e o processo foi indeferido mesmo atendendo a todos os requisitos previstos na politica de incentivo hospitalar. A técnica Ana Marcia esclareceu o ocorrido dizendo que se vem desde o ano passado discutindo a politica e na oficina realizado no final do ano de 2018 foi visto que inclusive era pra estar no Parecer Recomendativo que até que a nova politica cheque, nenhum Hospital mudará de perfil, nem com a adição de clínica e nem para regional ou macro regional, por que estamos em uma plena discussão sobre a politica. Esclareceu ainda que todos os hospitais que solicitaram algum tipo de mudança, foram indeferidos devido a esse momento de discussão de uma nova política. A Conselheira Jimilly Mendonça Maciel ressaltou que se o governo está vendo uma nova política, a política atual deveria pelo menos ser revogada, para que fosse possível usar o argumento de que se está vendo uma nova política. E se ainda não foi apresentada uma nova política, a política "velha" ainda está vigente. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa reafirmou que essa decisão de não aprovar mudanças nos perfis dos hospitais foi um encaminhamento da oficina sobre a política de incentivo hospitalar do estado do Ceará e apontou que grande parte desse transtorno se deu devido a política atual não ter sido discutida no Cesau. Ela apenas foi apresentada e somente depois de aprovada que se constataram algumas incoerências no tocante a hospitais que eram regionais, mas que não atendiam nem ao próprio município bem como hospitais macro regionais, mas que não atendiam nem a própria região. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho solicitou que fossem realizadas as devidas correções no parecer recomendativo 01/2019 de CANOAS e CTOF. A técnica Ana Marcia ressaltou que as discussões acerca da nova política já vinham ocorrendo bem antes da realização da oficina. Salientou também que além da não liberação de mais recursos, não houveram cortes de recursos. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho lembrou que na oficina alguns hospitais não estavam apresentando a sua resolutividade do que foi pactuado. O Sr. Juliano, disse que se o indeferimento fosse resultado de não cumprimento do que está na política, mas não foi o caso. Ressaltou que não consta na política a necessidade de conter atendimento terciário, e que foi cumprido o que estava na política, politica esta que foi definida pela própria SESA que até entende que está havendo uma reavaliação da política, mas o pedido foi feito antes inclusive da reunião, e defende que quem deu entrada antes, seja avaliada pela politica vigente. O Presidente **Pedro Alves de Araújo Filho** ressaltou que de fato a política está em vigor e o que o Sr. Juliano falou é totalmente pertinente. A Conselheira Jimilly Mendonça Maciel ressaltou que a política atual não passou em câmara nenhuma, foi direto para o pleno. E disse que o pedido só poderia ter sido indeferido por motivo técnico. O conselheiro Agnel Conde Neto informou que se houver votação se absterá. A Conselheira Laciana Farias Lacerda disse que não precisa de parecer jurídico, basta entender o seguinte, existe uma lei vigente não revogada, portanto não se trata de uma ilegalidade. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa falou que o que consta no parecer não prejudica o pedido, pois o mesmo foi realizado antes da elaboração do parecer e ficaria a cargo da COPAS e CORAC rever o indeferimento. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho orientou que

589

590

591

592

593

594 595

596

597 598

599

600

601 602

603

604

605

606

607 608

609

610

611

612

613614

615

616

617

618

619 620

621

622

623 624

625

626

627

628 629

630

631

632 633

634

635

636

637

fosse feita correção do parecer contendo a ressalva de que todos os pedidos realizados antes da publicação da resolução seriam avaliadas sem prejuízo de acordo com a politica vigente. A técnica Ana Marcia ressaltou que o processo será encaminhado para a COPAS e seguirá os trâmites normais. aprovado com 20 votos a favor, 0 contra e 1 abstenção. Nº 02/2019 - ASSUNTO - Solicitação de análise da proposta de cofinanciamento com recursos do Tesouro do Estado para os Hospitais de Pequeno Porte para prorrogação de desembolso financeiro para o exercicio de 2019, aprovado com 22 votos a favor, 0 contra e 0 abstenções. Nº 03/2019 - ASSUNTO - Solicitação de análise da proposta de repasse mensal dos recursos de contrapartida de Fundo Estadual de Saúde - FUNDES para o Fundo Municipal de Saúde de Fortaleza e Sobral destinados ao custeio dos serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192. aprovado com 23 votos a favor, 0 contra e 0 abstenções. Os pareceres 04/2019 - ASSUNTO - Solicitação, análise e aprovação de transferência regular e automática de recursos de contrapartida Fundo Estadual de Saúde - FUNDES para o Fundo Municipal de Saúde de Fortaleza-CE para custear as Unidades de Pronto Atendimento – UPA's 24 horas; N° 05/2019 - ASSUNTO - Solicitação, análise e aprovação de transferência regular e automática de recursos de contrapartida Fundo Estadual de Saúde - FUNDES para o Fundo Municipal de Saúde para custear as Unidades de Pronto Atendimento – UPA's 24 horas; N° 06/2019 - ASSUNTO - Solicitação, análise e aprovação de transferência regular e automática de recursos de contrapartida Fundo Estadual de Saúde – FUNDES para o Fundo Municipal de Saúde para custear as Unidades de Pronto Atendimento – UPA's 24 horas e 07/2019 - ASSUNTO - Solicitação, análise e aprovação de transferência regular e automática de recursos de contrapartida Fundo Estadual de Saúde – FUNDES para o Fundo Municipal de Saúde de Baturité para custear a Unidade Municipal de Pronto Atendimento – UPA's 24 horas, foram colocadas para votação em bloco, mas antes a Conselheira Jimilly Mendonça Maciel solicitou a Sra. Eva Baia que colocasse no parecer, cada definição de UPA indicando UPAs do Estado e ou Município. O Conselheiros José Araújo Junior solicitou esclarecimento no tocante a UPA de Icó, pois segundo o Conselheiro, esta unidade não funciona e mesmo assim consta na relação. Em resposta a Sra. Eva Baia, disse que na relação constam todas as unidades, inclusive as que ainda não foram inauguradas, porém, as parcelas só são solicitadas e disponibilizadas para as unidades que já estão em pleno funcionamento. A Maria da Paz Andrade Monteiro sugeriu que fosse feita apenas uma resolução contendo todos os processos. O Conselheiro José Araújo Junior sugeriu ainda que discriminasse as unidades que estão em funcionamento das que não estão. O Técnico Manoel Rodrigues e Silva expressou uma dúvida, com base no que foi enviado ao Cesau vários processos e a proposta era de juntar em uma só resolução, se a área não deveria refazer os processos. Em resposta o Presidente Pedro Alves de Araújo Filho orientou que bastava mencionar nos considerandos. A Sra. Eva Baia esclareceu que envia os processos separados para facilitar o entendimento dos conselheiros. O Conselheiro Leandro Alves Gonçaives solicitou esclarecimentos sobre como se sabe quantos médicos estão lotados e quantos realmente estão atuando para se saber se o valor repassado está em conformidade. Em resposta o Presidente Pedro Alves de Araújo disse que toda a estruturação é decorrente da política nacional. E quanto a Filho mudança de porte, é avaliada pelas áreas da SESA, e a câmara técnica realiza visitas inclusive para verificar se a unidade está de fato cumprindo os requisitos. O conselheiro **Agnel Conde Neto** informou que esteve junto com os conselheiros José Teles dos Santos e Joaquim José Gomes Nunes Neto realizando visita técnica na UPA de Maracanaú para verificar a capacidade daquela unidade para alteração de porte. A Sra. Eva Baia ressaltou que existe um sistema de acompanhamento. E em relação a mudança de opção de

638 custeio, existe um trâmite a ser seguido. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho colocou o bloco em votação com o resultado de 21 votos a favor. O contra e 0 abstenções. 639 640 CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE - CGTES: 641 RECOMENDAÇÃO Nº 02/2019 - ASSUNTO - A realização da Conferência Livre sobre Força de Trabalho e Gestão de Pessoas e realização de Audiência Pública sobre a Força 642 de Trabalho na Saúde. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho colocou inclusive que 643 644 essa temática já é bastante recorrente no Cesau e lembrou também que já houveram 645 outras duas solicitação de dados da força de trabalho da SESA e os prazos não foram cumpridos, e questiona aos conselheiros se será concedido mais algum prazo ou se 646 647 protocola o pedido desses dados direto no Ministério Público. O Sr. Clayton Magalhães ressaltou que não há motivos para que os dados já não estivessem sido disponibilizados. 648 649 Falou da falta de valorização dos servidores profissionais de saúde da rede SESA. Expôs ainda que atualmente existem 3 Planos de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, sendo 1 650 651 para os trabalhadores médicos, 1 para os trabalhadores dentistas e 1 para os outros trabalhadores de nível superior e mesmo com esses 3 PCCS o governo não promove os 652 trabalhadores se furta de3 pagar as gratificações aos trabalhadores. O Presidente Pedro 653 654 Alves de Araújo Filho colocou em votação e obteve como resultado 25 votos a favor, 0 655 contra e 0 abstenções. Finalizada a votação, foi concedida a fala para a Sra. Neide para que a mesma desse um informe. A Sra, Neide informou que o evento Abraco ao Hospital 656 da Mulher será dia 27/02/2019 as 09h. Pausa para o almoço.Logo após o almoço, o 657 Presidente Pedro Alves de Araújo Filho retomou a apreciação dos pareceres. 658 COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO - CCOM: RECOMENDAÇÃO 659 660 01/2019 - ASSUNTO - 8ª Conferência Estadual de Saúde - 8ª CES. A Conselheira Antônia Márcia da Silva Mesquita fez um breve relato do que foi discutido na ultima 661 reunião da comissão, onde foi debatido o material para a 8ª Conferência Estadual de 662 663 Saúde. A conselheira Maria Irene Filha de Sousa disse que perguntou ao assessor técnico José Hibiss Farias Ribeiro se o mesmo fazia parte da comissão de comunicação da 664 8ª CES, e como resposta obteve que teria que conversar com a Secretária Executiva, 665 Maria Goretti Sousa Pinheiro, e por isso disse que estava preocupada. A Secretária 666 Executiva, Maria Goretti Sousa Pinheiro, informou que a portaria já havia sido publicada 667 e nela consta que o assessor técnico pertence a comissão. A Conselheira Antônia Márcia 668 da Silva Mesquita continuou com a leitura do parecer e esclareceu a necessidade de um 669 670 designer gráfico. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho solicitou esclarecimentos a 671 Secretária Executiva, pois é de seu conhecimento que que no corpo de colaboradores do Cesau, já exste um Técnico com a função de designer gráfico e qual seria de fato a 672 673 necessidade de mais um profissional. Em resposta a Secretária Executiva, Maria Goretti Sousa Pinheiro disse que esse técnico é o José Hibiss Farias Ribeiro. A assessora 674 Técnica Hariadina Salveano de Sousa relatou que o Assessor Técnico José Hibiss Farias 675 Ribeiro tem outras atribuições e a necessidade é de criação de pecas. O Conselheiro 676 Asevedo Quirino de Sousa concordou com a solicitação, tendo em vista que o período já 677 678 está estabelecido que de fato nesse tempo haverá uma demanda muito grande de serviço. 679 A conselheira Maria Irene Filha de Sousa expressou sua preocupação para com a técnica para que não ocorra uma sobrecarga de trabalho. A Secretária Executiva, Maria 680 Goretti Sousa Pinheiro ressaltou que não só a técnica Hariadina Salveano de Sousa tem 681 682 muitas atividades, mas todos os técnicos, e que sabe que alguns põem dificuldades para ajudar uns aos outros. A conselheira Maria Irene Filha de Sousa ressaltou que a 683 necessidade é de um profissional específico, e que seria estritamente para o período que 684 685 antecederá a 8ª CES, disse ainda que "arranjo" todo mundo faz, porém que esse material ira para uma Conferência. O conselheiro Raimundo Otávio de Vasconcelos solicitou sua 686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699 700

701

702 703

704 705

706 707

708

709

710

711 712

713

714

715

716

717 718

719

720

721 722

723

724

725

726 727

728

729

730

731

732

733

734

735

inclusão na comissão de comunicação da 8ª CES. Em resposta o Presidente Pedro Alves de Araúio Filho informou ao conselheiro que as comissões foram fechadas nas reuniões de novembro e dezembro de 2018, mas que é possível participar independente da portaria. A Conselheira Marjory Romão de Sousa Oliveira relatou que pela manhã solicitou ao Secretário Dr. João Marcos Maia que olhasse com bons olhos a questão do piso nacional dos agentes de saúde, o mesmo foi embora e se quer falou algo a respeito. Solicitou um ponto de pauta na Câmara Técnica de Saúde do Trabalhador para discutir o porque que o Estado do Ceará ainda não fez valer a Lei 13.708/2018, pois os municípios já pagam o piso nacional, mas o Estado ainda não foi implantado. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho informou que terá que sair para resolver um problema, mas que o Vice-Presidente Reginaldo Alves das Chagas conduzirá os trabalhos da mesa. O conselheiro Agnel Conde Neto disse não entender o por que de tanta discussão, tendo em vista que o que está se pedindo é apenas um profissional já contratado e lotado na SESA e por apenas alguns meses. A conselheira Kilvia Maria Lima de Oliveira Teixeira como Secretária Geral da Mesa, colocou em votação, obtendo o resultado de 25 votos a favor. 0 contra e 0 abstenções. COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E **DA TRABALHADORA – CISTT:**

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2019 - ASSUNTO - Arquivamento do Processo da ACS Lúcia de Fátima Queiroz. COMISÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE MENTAL - CISM: RECOMENDAÇÃO Nº 02 /2019 - ASSUNTO - Acompanhamento do processo de convocação dos aprovados no concurso, Edital 77/2018. A conselheira Luzianne Feijó Alexandre Paiva Guimarães informou que a Comissão ainda está acompanhando o TAC que é o Termo de ajuste de Conduta que está sendo colocado pelo MPE na prefeitura de Fortaleza junto a história do concurso público. Finalizou lendo o parecer. A conselheira Davyane Farias Correia solicitou esclarecimentos de o por que na recomendação não conter o nome dos conselheiros que fazem parte da comissão. O Assessor Técnico Francisco Gilson Rocha Lima disse não saber que as recomendações da comissão deveriam conter os nomes dos conselheiros, tendo em vista que isso não foi lhe passado além do fato de que outras recomendações já terem sidos apreciadas e aprovadas por este pleno no mesmo molde da recomendação apresentada nesta reunião. Finalizou dizendo que se for obstáculo para a aprovação, incluirá sem 'problema algum os nomes dos conselheiros presentes na reunião da comissão que houve a elaboração do parecer. O conselheiro Leandro Alves Gonçalves solicitou a conselheira Luzianne Feijó Alexandre Paiva Guimarães que caso entre em pauta na audiência pública a discussão sobre a eletroconvulsoterapia, que seja lido o posicionamento da Sociedade Cearense de Psiquiatria. A conselheira Arismênia Maria Almeida Lima Gois argumentou que o fato dos nomes do conselheiros não constarem no parecer, não seria obstáculo para a aprovação do parecer tendo em vista a importância da causa. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa ressaltou que o que deve constar no parecer é nome das pessoas que participaram da reunião e não apenas os conselheiros. O conselheiro Agnel Conde Neto sugeriu que o parecer fosse completamente reformulado, argumentou dizendo que não estão em anexo a frequência dos presentes e o edital citado no parecer, sendo este último muito importante para o esclarecimento dos conselheiros. O conselheiro Alves das Chagas disse que o entendimento era que o nome dos presentes devem constar no parecer e que o pleno é soberano, se o mesmo achar que não deve aprovar uma recomendação, assim será feito, abre-se defesa e coloca-se em votação. Externou ainda que é sabido que as discussões se dão nas câmaras e comissões e que quem não participa fica com pouco direito de "apitar" alguma coisa. O conselheiro Francisco de Assis Almeida de Albuquerque relembrou que o "tratamento" através de choques

736

737 738

739

740

741742

743

744745

746

747

748

749

750

751 752

753 754

755

756

757

758

759

760 761

762763

764

765

766

767 768

769

770

771

772

773

774

775 776

777

778 779

780

781

782 783

784

eletricos é oriundo da década de 70 e que foi inclusive utilizada como método de tortura na ditadura militar e o atual governo já adquiriu milhares de máquinas para este fim. O conselheiro Reginaldo Alves das Chagas colocou em regime de votação, obtendo o resultado de 25 votos a favor, 0 contra e 1 abstenção. O conselheiro Leandro Alves Gonçalves falou sobre a incompreensão do que é a eletroconvulsoterapia, e solicitou que os conselheiros tivessem a parcimônia de ler o posicionamento da Associação dos Psiguiatras do Ceará e que o médico não tem o intuito de prejudicar o paciente. conselheira Luzianne Feijó Alexandre Paiva Guimarães informou que a nota técnica mencionada pelo conselheiro Leandro Alves Gonçalves foi suspensa pelo Ministério da Saúde, será lida sim, caso a Associação não compareça. E ressaltou também apesar da existência de protocolos, se sabe que os mesmos não são seguidos. Leandro Alves Goncalves solicitou um ponto de pauto acerca da "Tele medicina" para a COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE próxima reunião do pleno. TRABALHADOR E DA TRABALHADORA - CISTT: RECOMENDAÇÃO Nº 02/2019 -**ASSUNTO** - Arquivamento do Processo da ACS Lúcia de Fátima Queiroz. O Conselheiro José Teles dos Santos lei o referido parecer. A conselheira Maria Irene Filha de Sousa ressaltou que a personagem principal do processo resolveu tudo sozinha e sequer comunicou a comissão que estava trabalhando, inclusive nem a própria entidade foi avisada do acordo. O conselheiro Reginaldo Alves das Chagas colocou em regime de votação, obtendo o resultado de 25 votos a favor, 0 contra e 0 abstenções. Aproveitou a deixa para solicitar a conselheira Maria da Paz Andrade Monteiro uma inversão de pauta, tendo em vista a reunião ter se alongado no período da manha e a comissão indígena ainda ter que se deslocar para outro município. E não havendo contrariedade, passou para o ponto de pauta "Tentativa de Municipalização da Saúde Indígena e 6º Conferência Nacional de Saúde Indígena – 6ª CNSI – Neto Pitaguary – Presidente do CONDISI/CE" o convidado Neto Pitaguary iniciou sua fala se apresentando e passando um dado muito importante, segundo ele a atual população indígena cearense é de 34.126,00, distribuídos em 17 municípios e 18 povos. Relatou também as afrontas sofridas pelas atuais políticas de saúde indígena pelo atual Ministro da Saúde. Afrontas essas que soam como acusações; acusações de utilização do avião para tráfico de drogas e pedras preciosas, acusações de cumplicidade com o crime por parte dos caciques. Iniciou a apresentação com um slide. Falou também de sua estadia em Brasília para debater as questões da saúde indígena junto ao Conselho Nacional de Saúde e o Ministro da Saúde. Relatou os retrocessos das políticas de saúde para o sistema único. O conselheiro Reginaldo Alves das Chagas solicitou a conclusão por parte do convidado e já propôs o encaminhamento de pauta para CANOAS para discussão, tendo em vista que o interesse do convidado é que seja emitido por parte do Cesau um parecer contrário a municipalização da saúde indígena. Já sugeriu o agendamento. O convidado Neto Pitaguary finalizou sua apresentação com a apresentação do 6ª Conferência de Saúde Indígena e divulgando os números de atendimentos indígenas em todo país, que totalizam 4.216,627 atendimentos; ressaltou a importância da parceria com os municípios, tendo em vista que em muitos o consultório é compartilhado. Hoje são cerca de 13.750 profissionais e por volta de 50% são indígenas. Agradeceu mais uma vez a oportunidade. O conselheiro Agnel Conde Neto expressou sua indignação quanto as acusações do Ministro para com a Saúde Indígena e deixou seu apoio e solidariedade aos povos indígenas. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa levantou a questão de que o que seria levado para a reunião de CANOAS seria a apresentação, e esta já estava sendo apresentada no pleno e questionou se não seria mais eficaz a publicação de uma moção e como já estava sendo tratado ali, já se coloca em votação. O convidado Neto Pitaguary argumentou que uma moção seria de grande

785

786 787

788

789

790 791

792

793

794

795

796

797

798

799

800 801

802

803 804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815 816

817

818

819 820

821 822

823

824825

826

827 828

829

830

831

832

833

valia, pois dava apoio, porém uma resolução teria mais valia ainda por se tratar de um instrumento jurídico, e tendo em vista que já foi protocolado uma ação junto a Defensoria Pública da União. O Conselheiro **Asevedo Quirino de Sousa** retificou a proposta dizendo que de acordo com a fala do convidado, se faria um parecer recomendativo e já se colocaria para a votação. O conselheiro Benício Paiva Mesquita disse que o que está sendo solicitado é mais do que justo, porém solicitou ao convidado Neto Pitaguary, que tecesse considerações mais sólidas, pois para o conselheiro não ficou muito claro quais os fundamentos utilizados pelos constituintes de 88 a fazerem uma política específica para os indígenas. O Conselheiro José Teles dos Santos disse que se a saúde indígena for municipalizada, implicará em como será o repasse de verba para este fim. Apoia a proposta de se fazer uma resolução. O conselheiro Reginaldo Alves das Chagas solicitou que esse debate fosse para uma reunião de CANOAS, gostaria que os 17 municípios que contenham população indígena participassem. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho chamou a atenção dos conselheiros para que tivessem cuidado ao analisar o processo, tendo sempre em mente que não se pode delegar responsabilidade sem fornecer os recursos necessários. O convidado Neto Pitaguary, informou que já foi passado para o E-mail do Conselho a resolução do CONDISI/CE, quanto aos fundamentos, é uma questão para os povos indígenas é que o Estado não faz nenhum favor aos povos indígenas, ele tem um dever. E citou os artigos196, 231 e 232 da CF de 1988 como fundamento legal. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa reiterou a proposta de não levar o debate para CANOAS tendo em vista que o mesmo já aconteceu no pleno. Argumentou ainda que nesse momento um convite por parte do Cesau aos Secretários de Saúde para participarem do debate, pode ser encarado como uma chancela e sugere que o convite somente seja feito após a concretização da municipalização. Relatou o fato de que quando a gestão quer empurrar garganta abaixo suas decisões, eles não se importam, fato que estavam com uma viagem marcada para Iguatu para realizar visita técnica ao Hospital Municipal e no entanto a SESA não liberou o carro para a realização da mesma, porém como a viagem estava marcada, os conselheiros cancelaram as passagens para serem utilizadas posteriormente, mas mediante o cancelamento, era necessário ir até a rodoviária para remarcar as passagens e nem para esse momento a SESA não havia tinha liberado o veículo. O conselheiro Reginaldo Alves das Chagas argumentou que pelo contrário, colocou que estão colocando também no gestor garganta abaixo, que ele assuma essa parte da politica indígena e que ele coloque que atualmente ele não consegue dar conta nem da realidade municipal. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho sugeriu que se leiam a moção ou resolução no 2º dia de reunião e que seja posta em votação. Agradeceu a apresentação e lembrou que na parte da manhã, onde foi debatido o decreto 32.906 não foi dado nenhum encaminhamento de como o Cesau irá se portar diante dessa situação e propõe a convocação de uma audiência pública direto com o governador e comunicar ao Ministério Público do que está acontecendo. O conselheiro Agnel Conde Neto sugere também o trancamento da pauta do Governo. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho complementou dizendo que tem que ser um trancamento seletivo, para que não prejudique a população. Informou ainda que consta na pauta uma apresentação da SESA, solicitada pelo próprio Secretário não nomeado, porém não deram nenhuma satisfação. E passou a fala para conselheira Maria da Paz Andrade Monteiro fazer a apresentação do sistema DigiSUS, sistema esse que substituirá o SargSUS. Apresentação essa que foi realizada por slides. Explicou um pouco sobre o Núcleo do Ministério da Saúde no Ceará, que uma representação de algumas secretarias do Ministério da Saúde que desenvolvem atividades administrativas. Finalizada a apresentação, a conselheira se disse disponível para dirimir dúvidas. O Presidente **Pedro**

834

835 836

837

838

839 840

841

842

843

844

845

846847

848

849850

851852

853

854

855

856

857

858 859

860861

862

863

864

865 866

867

868869

870

871

872

873874

875

876

877878

879

880 881

882

Alves de Araújo Filho externou a solicitação da conselheira Marjory Romão de Sousa Oliveira quanto a solicitação de que o slide fosse disponibilizado aos conselheiros por email, no entanto, o Presidente ressaltou que o mais interessante é que os conselheiros busquem o material disponível no portal do DigiSUS, pois lá o material está mais completo e explicativo, e que irá acontecer uma capacitação para os conselhos municipais, mas que ainda não há uma programação estabelecida. Agradeceu a apresentação do conselheira Maria da Paz Andrade Monteiro e salientou que os encaminhamentos sobre a postura do decreto do contingenciamento de gastos não foram postos em votação, que foram uma audiência com o próprio Governador e um oficio contendo um denúncia para o Ministério Público do que está acontecendo na SESA e no governo do Estado. O Presidente colocou os dois encaminhamentos em regime de votação e como resultado obteve o resultado 18 votos a favor. O contra e 0 abstenções. Disse ainda que pretende apresentar no 2º dia de reunião o esboço do oficio para que todos tenham conhecimento do conteúdo que será encaminhado para o Ministério Público. Concluídos os trabalhos relacionados ao primeiro dia de reunião, 18/02/2019. No dia 19 de fevereiro de 2019, se deu a continuação da 477º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde - CESAU cuja condução iniciou-se com o Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, dando as boas vindas aos motoristas que aqui estão presentes, bem como a Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto e o Dr. Ricardo Cesar Vieira Madeiro abrindo para os informes. Tivemos inicialmente uma reclamação dos motoristas e aproveitando a presença da Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto e o Dr. Ricardo Cesar Vieira Madeiro, os mesmos podem tomar ciência do que está acontecendo aqui na Secretaria Estadual de Saúde, em relação aos transportes uma vez que de certa forma inviabiliza os trabalhos do Controle Social, do Conselho Estadual de Saúde, como também a parte administrativa da própria Secretaria Estadual de Saúde com as medidas adotadas com a nova gestão sem o devido diálogo e transparência que tanto eles tem adotado como discurso e quanto a prática é bem contraditório. O Motorista Adalberto Batista de Sousa da Secretaria Estadual de Saúde informou que solicitou a Secretaria Executiva do CESAU um espaço e relatou que em alguns anos atrás foram perseguidos por um Gestor da SESA que tentou demitir sumariamente muitos funcionários, inclusive terceirizados e estamos sofrendo a mesma pressão hoje. Há três dias estamos com a frota parada, estamos ociosos e praticamente inseguros sem saber exatamente o que vai acontecer daqui para frente. Estamos expondo ao CESAU, solicitamos para que algumas providências sejam tomadas em relação as nossas atividades. Gostaríamos de agradecer a oportunidade que o CESAU está nos dando. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, solicitou que outro representante dos motoristas exponha mais claramente que perseguição é essa que eles estão sofrendo, esse contingenciamento e o estabelecimento do novo fluxo de transporte. Essa questão inviabilizou diversas atividades inclusive do próprio CESAU. Gostaria que a Secretária Executiva do CESAU, Maria Goretti Sousa Pinheiro, esclarecesse ao Pleno do Conselho sobre esse novo fluxo de transporte. A Secretária Executiva do CESAU, Maria Goretti Sousa Pinheiro, falou que segundo informação do transporte, temos que enviar a solicitação de transporte por e-mail para o Setor de Transporte esse e-mail é encaminhado para o Gabinete, o Gabinete devolve essa autorização para o Setor de Transporte e depois o Setor de Transporte passa para o setor solicitante. Para qualquer atividade, seja ela qual for, tem esse protocolo a ser seguido. Isso é uma determinação da gestão. Inclusive ontem, precisávamos de carro para levar os Conselheiros para a Rodoviária e infelizmente não tivemos pois o Dr. Marcos Antônio Gadelha Maia não estava na SESA. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, perguntou se algum Conselheiro tenha alguma consideração. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa, disse que fica muito triste com

883

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900 901

902

903

904

905

906

907

908

909

911

912

915

916

917

918

919

920

921

923

924

925

926

927

928 929

930

931

essa situação. Além das ameaças a nível nacional, especialmente na Reforma da 884 Previdência, bem como a propaganda mentirosa do governo colocando a população contra os trabalhadores do serviço público. E aqui na Rede SESA temos o ataque que começou pelos mais fracos, os motoristas. Tínhamos uma viagem hoje para o Iguatu/CE com o objetivo de apurar uma denúncia, discutida nessa casa, na Reunião de CANOAS/CTOF, uma denúncia com áudio, até certo ponto grave, de um médico que fez essa denúncia numa rádio de lá, então tiramos uma Comissão para irmos hoje ao Iguatu/CE, visitar esse Hospital e foi cancelado. Tínhamos passagens agendadas e cancelamos as mesmas na Rodoviária. Íamos de carro para Iguatu e depois íamos para o Juazeiro do Norte, uma vez que a Comissão é formada por Conselheiros que residem na região do Cariri e com um Assessor Técnico do CESAU. Uma vez terminada a visita eles retornariam para Fortaleza já com o relatório pronto. Então nós solicitamos adiamento das passagens; Quando chegamos ontem aqui, fomos surpreendidos com a medida que todas as viagens foram canceladas. Então solicitamos um carro para irmos na rodoviária para reagendar as passagens pois esse tipo de servico não é disponibilizado pela internet apenas no próprio quiché da Guanabara. Fomos surpreendidos com essa burocracia: O CESAU passa um email para o Setor de Transporte, o Setor de Transporte passa um e-mail para o Gabinete, o Secretário se autorizar, passa um e-mail para o Setor de Transporte e o Setor de Transporte passa o e-mail para o CESAU. Então é só um exemplo do que está ocorrendo. Saúde Pública não se faz somente com Médicos ou Enfermeiros. Saúde Pública se faz com todos os cargos e todas as funções que temos aqui na Rede SESA. O paciente que está lá na cama ele não depende somente do Médico ou da Enfermeira. Ele depende de toda uma estrutura na Rede SESA. E nós estamos aqui para dar o suporte. Lamentavelmente isso está ocorrendo, principalmente o Setor de Transporte da Rede SESA. A Saúde não é só quem tá doente. É Epidemiologia, na prevenção, nas capacitações, na necessidade de transportar os profissionais para desenvolver todas as suas atividades. Só um dado que a Dra. Laciana Farias Lacerda citou ontem: Os carros da 910 Rede SESA estão com os documentos atrasados. Temos carros do ano de 2016, carros novos, inclusive do CESAU, que nunca foi tirada a documentação dele a não ser a primeira documentação. O carro já foi multado diversas vezes, já foi ameaçado da próxima vez de ser recolhido. Temos carros de outros anos, 2006, 2007, 2008, todos estão na 913 914 mesma situação. A Secretaria não atualiza a documentação. E temos a questão das multas: Entrou um gestor ainda no inicio da gestão anterior, demitiu muitos motoristas e fizeram os motoristas pagarem as multas. Eles pagavam mensalmente. No entanto, descobre-se que quando o carro é parado as multas ainda permaneciam. O que foi feito? Isso merece uma explicação da SESA. Os motoristas estão apreensivos pois as demissões estão em curso novamente. Fora isso existe uma gratificação que para quem é da ativa, essa gratificação muitas vezes é maior que o próprio salário – que é uma miséria – estão falando em retirar essas gratificações. Porque existem distorções e ao invés de corrigir, se 922 corta a gratificação. Os trabalhadores vem a esta casa pedir apoio ao CESAU para essas questões. Aproveitando a presença da Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto e o Dr. Ricardo Cesar Vieira Madeiro, exatamente hoje nesse momento, é importantíssimo a participação de vocês nessa Reunião uma vez que o Secretário foi convidado para vir pra cá e até o presente momento não veio. Então Senhores Trabalhadores, vocês tem o apoio desta Casa, tem o apoio de todos que aqui estão. Nós não aceitamos as ações que o Governo está fazendo com a classe de Trabalhadores. O Conselheiro Agnel Conde Neto disse que a situação está ficando cada vez pior. Nós temos uma Saúde que é um ato criminoso. O próprio CESAU tem sua verba. Tem que ter todos os amparos que a lei determina. Mas isso não está sendo cumprido com o Governo. Não vejo outra saída

932 senão trancar os pontos de pauta. Chamar a população para mostrar o que o Governo está fazendo. Fica o meu protesto. Por mim trancaria a pauta. Ou então nenhum Conselheiro 933 comparecer as reuniões do CESAU. O Governo tem que aprender a respeitar o CESAU, 934 935 uma vez que este Conselho deve trabalhar junto com a gestão. O Conselheiro José Teles 936 dos Santos disse que na gestão anterior a Secretaria gastou cerca de R\$ 15 milhões em 937 Transporte. Os carros estão parados. E a Secretaria precisando. Deveríamos fazer uma 938 audiência com o Governador do Estado. O trabalho do CESAU depende do transporte e 939 como a própria lei diz, que a Secretaria de Saúde deve dar as condições orçamentárias, 940 porém o CESAU não tem a resolutividade de autorizar. Companheiros Motoristas, por 941 enquanto são vocês, mas acredito que mais gente deve vir a esta Casa e nós temos a 942 ombridade de estar juntos com vocês. Não adianta ficarmos aqui brincando de Controle 943 Social. A Conselheira Maria Irene Filha de Sousa informou que gostaria de falar de dois 944 pontos que os Secretários Marcos Antônio Gadelha Maia e João Marcos Maia abordaram 945 ontem: Eles disseram com muito orgulho que até eles estavam sem carros. E no meu ponto de vista eles não deveriam ter carros, pois já são muito bem remunerados para isso. 946 947 Diferente dos Conselheiros que tem um trabalhado de relevância pública e que não 948 ganham nada por isso. Como Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do 949 Segmento de Usuários na Área Metropolitana de Fortaleza: Caucaia e/ou Maracanaú, o 950 Município de Caucaia disponibiliza um carro para que ela exerca suas atividades de 951 Conselheira. Outro ponto é a disponibilidade que o motorista tem que ter para depois das 952 20:00 deixar o gestor em casa, devolver o carro para a SESA e o trabalhador voltar de 953 ônibus ou a pé para casa, sem horas extras. O Motorista Pedro Araújo, disse que já 954 trabalha na SESA há muitos anos e toda nova gestão é esse terrorismo. Gostaria de pedir ajuda ao CESAU, pois estão passando mal pois se tirarem o incentivo é mesmo que matá-955 956 los. O Conselheiro Reginaldo Alves das Chagas informou que o CESAU deveria solicitar a Secretaria Executiva da SESA um esclarecimento sobre as questões dos Transportes, 957 958 entendendo que o Transporte para o Governo do Estado é uma questão estratégica. 959 Então, diz respeito a este Conselho uma vez que o CESAU é responsável pela Políticas 960 Públicas de Saúde estruturantes, propor, fiscalizar, acompanhar a fiscalização da Política. 961 Estamos falando de um Estado com as dimensões de países na Europa. Acredito que essas questões devem ser também dos motoristas que estão lotados nas 22º Regionais de 962 963 Saúde. Essa questão do transporte já atrapalhou a Reunião do Pleno de ontem. Minha sugestão de ENCAMINHAMENTO: 1) Solicitar num prazo de 48 horas as informações 964 965 acerca do Transporte para o Secretário. A) Qual a situação real do Transporte? B) Quais as situações dos motoristas, condições de realocação? C) Quais as propostas de 966 967 redução do quadro de funcionários que foram colocadas aqui? Entendo que está só o temor e que nenhuma medida foi tomada. Então é o momento de nos anteciparmos e 968 969 pedirmos esclarecimentos. Informou que não concorda com a sugestão do Conselheiro 970 Agnel Conde Neto de trancamento da Pauta, pois acha muito temerária a medida. 971 Lembrou que neste Pleno, no dia de ontem foram apreciadas, votadas e aprovadas as 972 propostas de cofinanciamento com recursos do Tesouro do Estado para os Hospitais Polo, 973 Estratégicos, Regionais e Macrorregionais, os repasse financeiros para os Hospitais de 974 Pequeno Porte, Unidade de Pronto Atendimento – UPA's 24 horas de Fortaleza e outros 975 Municípios, componentes da Rede de Atenção às Urgências, o repasse para os Serviços 976 de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192. Essa Pauta foi aprovada em Fevereiro, ou seja, já atrasou o repasse de Janeiro. E as Instituições vivem a míngua. Eu não gostaria 977 978 de ser partícipe do travamento do Sistema de Saúde que já é caótico. Se não estamos 979 conseguindo resolver com a SESA: ENCAMINHAMENTO: 2) Solicitar audiência com o 980 Governador se o Estado do Ceará vai abrir mão do Controle Social, que é uma

981

982 983

984

985

986 987

988

989 990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005 1006

1007 1008

1009

1010

1011 1012

1013

1014

1015 1016

1017

1018

1019 1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027 1028

1029

cláusula Constitucional ou não? Pois não garantir transporte para a SESA é inviabilizar o funcionamento do Conselho. O Conselheiro Francisco de Assis Almeida de Albuquerque. abordou que teremos tempos difíceis para os Trabalhadores, haja vista a Reforma Trabalhista e Previdenciária, com o fim do Ministério do Trabalho. Teremos um encontro com a OAB/CE, para discutir o fim do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho. Em se tratando das questões daqui, fomos surpreendidos pela falta de aviso sobre a mudança nos dos transportes. Se for preciso colocar carro de som da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB e da Central Única dos Trabalhadores – CUT na porta da SESA e vamos chamar a imprensa e dizer o que está acontecendo. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa, disse que já existe uma lista de demissão, tem gente de Aviso Prévio e o Secretário ontem disse que la demitir mais, porque tem que enxugar a máquina. Existe outra irregularidade que quando o Motorista é servidor o valor da diária é R\$ 61,33, quando o Motorista é terceirizado o valor da diária é R\$ 98,00. E ainda desconta-se o Vale Alimentação. Não tenho nada contra os Terceirizados. O Terceirizado no Servico Público passou a ser um mal necessário, não tem Concursos Públicos e se Terceiriza. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, lembrou que um Decreto não está acima da Lei. A nova Gestão está desrespeitando as Leis Federais e Estaduais, já que inviabiliza as atividades do Conselho e da própria SESA. O CESAU está deixando de cumprir seu papel de assessoramento e de monitoramento na execução da politica de saúde e de apoio aos municípios. Quando se inviabiliza a realização das viagens, por conta do contingenciamento de despesas e não é isso que vai resolver o problema da Gestão e muito menos da Saúde no Ceará. São medidas de austeridade a exemplo do que temos visto no discurso no âmbito Federal e que estão sendo implementadas aqui sem o menor dialógo e sem a menor transparência. Vir com o discurso demagogo para este Colegiado, de diálogos e transparência, não é isso que estamos vendo na prática. O encaminhamento que o Conselheiro Reginaldo Alves das Chagas solicitou, de encaminhamento de Oficio ao Governador, já foi votado ontem, e estamos enviando Oficio para a Casa Civil e além disso uma denúncia ao Ministério Público e socializar aos diversos meios de tudo isso que está acontecendo na SESA. Em relação ao prazo, não vejo necessidade de colocar em votação de solicitar esclarecimentos do que está acontecendo ao Gabinete dos Secretários. Quem está Respondendo pela Secretaria da Saúde do Estado do Ceará – SESA é o Dr Marcos Antônio Gadelha Maia, o Dr. Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho o Dr. Cabeto não está nomeado, então guem tem que vir dar explicações é o Secretário em exercício. Se ele não tem capacidade resolutiva das questões burocráticas que ele coloque claramente o que está acontecendo. Semana passada tivemos que cancelar as atividades de organização da 8ª Conferência Estadual de Saúde por conta desse contingenciamento do transporte. O Conselheiro **Asevedo** Quirino de Sousa, propôs uma Moção de Repudio ao Secretário da Saúde do Estado em relação aos ataques contra os trabalhadores da Rede SESA, especialmente aos Motoristas. O Dr. Ricardo Cesar Vieira Madeiro entende que os cortes são necessários, mas deve-se observar o que é estritamente necessário. O corte pode e deve acontecer. Mas na forma como deve ser. Já fui Conselheiro desta Casa durante dois anos. Sempre me incomodou muito o quantitativo de diárias recebidas neste Conselho, quando das suas atividades. São valores extremamente humilhantes. E agora retirar o transporte dos Conselheiros significa tolher a função do Conselheiro. É uma forma branca de intervir no Conselho. Então a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE se propõe a ajudá-los no que for preciso. A Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto disse que como Procuradora de Justiça, atua na área da Saúde, no Centro de Apoio a Cidadania que envolve Pessoas com Deficiência, Idoso e a Área da Saúde. Continua no Conselho

1030 Nacional do Ministério Público - CNMP, como Membro Colaboradora, e estamos trabalhando a questão da Atenção Básica como Movimento Prioritário do Conselho 1031 1032 Nacional do Ministério Público – CNMP tendo como prioridade a necessidade de se olhar 1033 para os Conselhos de Saúde. Para que os mesmos tenham a estrutura necessária para seu funcionamento. Há um "desleixo" por parte da Administração Pública em não estar 1034 1035 participando das atividades do Controle Social. Há uma mendicância para que o Gestor 1036 Maior participe das Reuniões. Como se faz Saúde Pública sem Controle Social? Mesmo 1037 que haja a necessidade de cortes, com a implementação de um novo programa, isso tudo 1038 tem que ser discutido com o Controle Social. O Controle Social continua muito inibido, sem 1039 ter a sua voz chegando ao Gestor como deve chegar. Isso ocorre nas Conferências de 1040 Saúde. Não estamos nos preparando como deveríamos nos preparar para as Conferências 1041 de Saúde. A Gestão tem que ter o reconhecimento de que o Controle Social é um determinante da Saúde Pública, que foi posta na Constituição Federal, na Lei Orgânica da 1042 1043 Saúde, no Decreto Nº 7.508, instrumentos normativos que determinam que o Controle 1044 Social tem o poder legislativo, normativo de se impor perante a Administração Pública. A mendicância não deve ser própria do Controle Social. Deve-se encaminhar Oficios. 1045 1046 documentos para o Gestor requisitando aquilo que ele deve prestar contas. Por exemplo, 1047 nesse momento o Gestor não está presente para prestar contas daquilo que está acontecendo e faz um obstáculo enorme ao trabalho do Controle Social. E a guem vocês 1048 1049 devem responsabilidade de trabalho? A Sociedade. Já existem propostas de 1050 encaminhamentos feita pelo Conselheiro Reginaldo Alves das Chagas. Vocês tem 1051 grandes nomes no Controle Social. Já tivemos embates homéricos na Administração e isso 1052 não tira dele a capacidade técnica de trabalho. Tem o Presidente desta Casa. Tem outros 1053 valores que devem ser aproveitados no sentido de perseguindo aquilo que o Controle 1054 Social tem que fazer. Esse é o meu papel, esse é o meu entendimento. Isso é o que eu 1055 tenho pra falar do Controle Social como instância do funcionamento da Saúde. A única 1056 instância que eu vejo que tem a qualidade de trazer para o SUS aquilo que ele tem que dar 1057 para o cidadão brasileiro. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, fez a votação da 1058 nota de repúdio: VOTAÇÃO 22 VOTOS A FAVOR. NENHUM CONTRÁRIO, SEM 1059 ABSTENÇÕES. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa, ficará responsável para ajudar na redação do texto. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa, lembrou que os 1060 Secretários de Saúde foram convidados para a Reunião do Pleno e nesse momento os 04 1061 1062 quatro Gestores encontram-se no Auditório Valdir ArcoVerde ao lado numa reunião. É um 1063 desrespeito. São 04 Secretários, será que nenhum pode vir aqui dar algum esclarecimento? Houve o encaminhamento que o Pleno se dirija até lá. vá para lá. Todos 1064 1065 concordaram. Inclusive Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto e o Dr. Ricardo Cesar Vieira Madeiro. Nesse momento o Dr. João Marcos Maia compareceu a Reunião. O 1066 Presidente Pedro Alves de Araúio Filho informou ao Dr. João Marcos Maia 1067 compareceu a este Conselho sobre a problemática do grupo de Motoristas da SESA. 1068 Sobre as ações de contingenciamento que estão sendo adotadas pela SESA que estão 1069 1070 inviabilizando as atividades do Controle Social e de monitoramento e assessoria da própria 1071 SESA. A SESA tem um dever legal, amparado pela legislação federal, estadual e cabe a gestão dar condições operacionais, administrativas e financeiras para que o Controle 1072 Social consiga cumprir seus princípios constitucionais. Mas infelizmente um decreto está 1073 1074 inviabilizando os trabalhos com as posturas e medidas adotadas pela SESA; Precisamos 1075 saber de fato o que está acontecendo, que deixe claro essa situação e quais as soluções a SESA aponta para resolvermos essa situação. O Dr. João Marcos Maia explicou da 1076 1077 necessidade de se otimizar os gastos do Estado. Na gestão passada esteve como Secretário da Fazenda substituindo o Secretário Mauro Filho e o Estado do Ceará dentre 1078

1079 os 27 Estados brasileiros é um dos poucos Estados que mantém uma situação fiscal de 1080 equilíbrio. Mas isso não quer dizer que não devemos manter as medidas necessárias de 1081 racionalização e otimização. Por conta disso no final do ano passado, ainda quando 1082 Secretário da Fazenda e integrante do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal 1083 - COGERF, propusemos ao Governador as medidas de racionalização de gastos. Embora 1084 seja o mesmo Governador, inicia-se um novo período, um outro momento. E o Estado 1085 tinha que ficar zelando por essa Saúde Fiscal e Financeira. Sem Saúde Fiscal e Financeira 1086 o Estado perde sua capacidade de financiamento. O Estado do Ceará é respeitado por 1087 todos os demais Estados e vem pra cá vem outras Secretarias da Fazenda, entender as 1088 experiências adotadas aqui. E esse processo vem desde a época do Dr. Lúcio Alcântara quando foi estruturado o COGERF, que é um Colegiado que faz a Gestão Fiscal e 1089 1090 Financeira do Estado. Semanalmente o COGERF se reúne, acompanha os gastos da Saúde, da Educação, da Segurança e todos os itens de gastos como combustível, mão de 1091 1092 obra terceirizada, pessoal, etc. Todos os gastos são analisados de maneira bastante 1093 profunda pelo COGERF. O COGERF é quem cuida da disponibilização de recursos, já que 1094 o Governador cuida dos Investimentos. O Estado não existe para o seu próprio 1095 funcionamento, apenas. No ano passado o Estado do Ceará investiu quase R\$ 4 bilhões 1096 de reais em termos de investimentos. Em termos de custeio é muito alto. O Estado precisa 1097 financiar sua operação a um custo altíssimo. Se eu otimizo esses gastos eu libero mais 1098 recursos para os investimentos. Enquanto os outros Estados estão precisando equilibrar 1099 Receitas e Despesas para pelo menos continuar funcionando, o Estado do Ceará está pensando um pouco mais à frente. Isso porque o Estado só pode se desenvolver com 1100 1101 Investimentos. Não existe fórmula no mundo que promova o desenvolvimento sem 1102 investimentos. Isso é na Economia Doméstica, na Economia do Estado ou na Economia do 1103 País. O grande esforço de qualquer Governo. Tem que ter poupança própria pra fazer 1104 investimentos e financiar meu desenvolvimento socioeconômico, ambiental e de 1105 infraestrutura. Para não perder esse equilíbrio, é que o Estado tomou essas medidas ainda 1106 na Gestão passada, com a adoção desse Decreto estabelecendo um corte de 10% dos 1107 terceirizados, combustível, viagens, etc. Está sendo revista toda a estrutura de gastos. E 1108 obviamente que essa estrutura de gastos não é inflexível. O corte não é linear e sim cirúrgico. No que se refere aos cortes de terceirizados, nós vamos aprofundar essa 1109 1110 análise, deveria ter ocorrido em 21 de janeiro de 2019 e foi dado um prazo de trinta dias 1111 para que se comece a adotar as medidas. Um dos indicadores que eu vou submeter a 1112 apreciação do Comitê Executivo da SESA são aquelas pessoas que mais faltam, que menos presença tem nas unidades de trabalho. E a gente tem que ser justo. Se tem 1113 1114 alguém que no período de 12 meses só trabalhou 50% dos dias, não é correto essa 1115 pessoa permanecer trabalhando, enquanto outras estiveram aqui todos os dia, dando seu sangue, sua energia e sua contribuição. Estamos procurando critérios justos e técnicos. 1116 Em relação a demissão de terceirizados, eu lhes garanto que vai ser conduzido por mim e 1117 em cima de critérios justos. Estou aberto para ouvir, o gerente da área, o Servidor que 1118 1119 queira vir falar comigo, para poder se explicar. Eu pessoalmente vou conduzir esse 1120 processo. Uma das coisas que eu mais persigo é a decisão justa. Em cima de critérios objetivos não há o que se questionar. No que se refere ao corte nos transportes eu lhes 1121 garanto que não faltará Serviço de Transporte para as diversas Unidades da Secretaria. 1122 1123 Seja o CESAU, seja o Gabinete, seja onde for. Teremos um Serviço de Transporte diferente. O controle da frota irá disponibilizar o serviço. Se pensou em nível de Estado 1124 inclusive disponibilizar esse Serviço de Transporte por Uber. Alguns Estados estão 1125 fazendo isso. Não é o caso do Ceará. Citando como exemplo o Gabinete: Eu tenho 1126 1127 Motorista, o André que trabalha até as 21:00, 22:00 na hora que eu precisar. Mas na hora

1128 que eu paro, o André fica parado também. E ele poderia atender o Gabinete, na hora que 1129 eu precisar ele me serve, na hora que o Dr. Marcos Antônio Gadelha Maia, precisar, ele vai lá. E assim nós teríamos 3 Motoristas servindo o Gabinete e atendendo toda a 1130 1131 Coordenação da SESA. Outras áreas de outras unidades também terão Serviço de Transporte. Não terá o Motorista, mas o Serviço de Transporte tem que existir. Porque o 1132 1133 que não pode faltar é o Serviço de Transporte para a SESA. Precisa de um Transporte para o Interior, terá um carro para cumprir a Missão e voltar. 1134 Não há porque ter a 1135 preocupação e sim pensar na qualidade do serviço prestado. Serviço de Transporte 1136 existirá. Agora a "coisa" personalizada, o Motorista André, quero que ele fique. Eu 1137 trabalhei 12 anos com o Wilson, Motorista da minha extrema confiança na Secretaria da 1138 Fazenda. Quando eu fui transferido pra cá, falei pra ele que ele não iria comigo. Se eu 1139 levar você comigo, vou desalojar alguém que já está trabalhando lá. E agora o André está trabalhando não mas comigo e sim no Gabinete, servindo ao Dr. Carlos Roberto Martins 1140 1141 Rodrigues Sobrinho, o Dr. Cabeto, a mim, ao Secretário Marcos Antônio Gadelha Maia, a Dra. Tânia Mara Silva Coelho e quem estiver precisando do Serviço de Transporte. 1) 1142 Então a desnecessidade dos Motoristas de estarem preocupados com o emprego de 1143 1144 vocês. 2) Que o CESAU esteja preocupado com a disponibilidade e a qualidade do 1145 Serviço. Se é o Motorista João, Pedro, Joaquim ou Manoel, isso é outra coisa. A forma de prestação desse serviço é que estamos estudando, discutindo e analisando. O que foi 1146 1147 proposto pela SEPLAG e a Apple foi usar o Serviço de Uber. Já existem Estados no Brasil 1148 realizando essa modalidade. Contratação de Serviço de Transporte para qualquer local do 1149 Estado com Uber. Mas aqui a gente atrela o Motorista ao veículo e ao Chefe do Setor. Isso 1150 gera comportamento inadequado. Por exemplo, minha mulher querer ir com o Motorista 1151 para o supermercado. Nós precisamos profissionalizar e qualificar o Servico Público. Então 1152 minha proposta para os Motoristas é que não se inquietem nesse momento. Vamos discutir 1153 a forma da prestação do serviço com os motoristas dagui, com os carros da SESA. 1154 Ninguém está pensando em sair do sistema e montar um outro tipo de prestação de 1155 serviços. Estou a disposição do CESAU na hora que vocês quiserem e qualquer que seja o assunto. E conversar transparentemente em cima de indicadores, em cima de critérios, 1156 1157 explicando para vocês. A Gestão Pública tem que se profissionalizar. Não dá mais em 1158 pleno Século XXI a gente gerindo esse Estado como se fosse ainda no Século XX. É 1159 necessário que todo mundo saia da sua zona de conforto, para que a sociedade ganhe, 1160 para que a sociedade tenha mais disponibilidade de serviços de qualidade para ela. Então 1161 a minha expectativa é que o CESAU, como um importante componente da estrutura da SESA, que tem a missão de estar monitorando, fiscalizando, acompanhando, 1162 1163 transparentemente, tudo que acontece na SESA, nos dê esse crédito. Aí depois vocês 1164 podem partir pra briga, pra confusão, que a gente vai procurar explicar. Não tem problema 1165 nenhum. Eu guero me colocar a disposição de vocês. Outra coisa que eu gosto de trabalhar é com a verdade. Vamos desnudar nossas atividades, vamos trabalhar 1166 transparentemente, exijam de nós, pois quanto mais vocês exigirem, mais resultados nós 1167 1168 iremos dar. Me disponho a vir pra cá, discutir GITQ, Carreira dos Servidores da Saúde, 1169 ainda ontem estava conversando com o Dr. Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho, o Dr. Cabeto, nós não concordamos com essa Torre de Babel que está ai, de Cooperativas, 1170 etc...temos que colocar os "pingos nos is". O motivo da ineficiência desse sistema é essa 1171 1172 desorganização toda. Vocês tem que exigir de nós, que organizemos o Sistema de Saúde, 1173 porque em última instância, quem ganha é a sociedade. O que queremos é a compreensão 1174 de vocês. Vai ter confusão, brigas, é normal. E agui nos acertaremos. Não nós tenham 1175 adversários, com rivalidades. Nós estamos no mesmo barco. Vocês como opositores, 1176 querem o melhor para o Sistema de Saúde e nós também. Eu sou servidor de carreira da

1177

1178

1179 1180

1181 1182

1183

1184

1185

1186

1188

1189

1190

1191

1192 1193

1194

1195 1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206

Secretaria da Fazenda, tenho 38 anos de tempo de serviço. Podia ter me acomodado, me aposentado e ido para o Mercado. Ao contrário, eu quero continuar servindo o meu povo. E se eu contar com o tempo de Exército e o tempo de Previdência. Eu já fui funcionário federal da Previdência, eu já tenho mais de 45 anos de tempo de servico. Não tenho o prazo que o Presidente Bolsonaro quer impor na lei, mas eu topo ir até os 70 anos para ajudar o meu povo, ajudar a Saúde e as outras áreas do Governo do Estado. Então me coloco a disposição de vocês. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho agradeceu ao mesmo tempo que cobrou ao Dr. João Marcos Maia, uma vez que enquanto Gestor é uma obrigação vir participar desse espaço. Até porque nem a Gestão constrói, nada só e nem o Controle Social. Avançamos enquanto democracia e enquanto Controle Social se 1187 entendermos que a Sociedade e a Gestão estão num barco só. Nós somos corresponsáveis e precisamos ser cogestão desse sistema. Mas infelizmente, na prática, não é isso que nós vemos. É questão de maturidade democrática, tanto dos Conselheiros, quanto da Gestão, entender a importância dessa corresponsabilidade. Mas em termos práticos, ontem tivemos problemas de trazer Conselheiros para participar das Reuniões. por conta desse contingenciamento que tem sido feito. Então, precisa-se deixar mais claro que fluxo é esse e qual é a proposta. Se está em estudo, em processo de transição, entendo que existem problemas de comunicação que estão acontecendo. Esse fluxo precisa estar claro. Fica difícil entender medidas que foram tomadas de imediato, sem o devido diálogo, sem a devida transparência. Que esse diálogo não seja demagógico. Que ele realmente aconteça. Minha pergunta é: que fluxo é esse que realmente está sendo estabelecido? e em seguida abriu para inscrições: O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa, perguntou onde se encontra o Dr. Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho, o Dr. Cabeto? O Dr. Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho, o Dr. Cabeto foi anunciado desdo o ano passado que seria o Secretário da Saúde. Ele está no auditório aqui ao lado e não veio, não compareceu, para conhecer os Conselheiros. Até parece que ele não dá a importância ao Controle Social. Ou ele não sabe que o Controle Social na estrutura hierárquica da SESA está em igualdade com o Secretário. E no entanto o mesmo não vem aqui, sequer para conhecê-lo. Ele teria que vir aqui se apresentar para os Conselheiros, uma vez que ele foi colocado como Secretário da Saúde. Se não está nomeado, mas o que ele tá dizendo tá virando lei aqui

1207 1208 dentro da SESA. Outra questão é em relação as demissões que o Senhor falou. Na Gestão 1209 passada, teve o Dr. Sidney, nas finanças, que ele estabeleceu um critério para as 1210 demissões dos motoristas que foram as multas. Quem tinha mais multas, foi pra rua. Acontece que os carros do Estado estão recebendo multas, pois os encargos de 1211 1212 licenciamento não estão sendo pagos. Temos carros com 15 anos de uso que não se paga 1213 o licenciamento. Quando ele é parado ele é multado. Quem é multado não é o carro é o motorista que está no carro. Então essas multas que são pontuadas para o motorista irão 1214 1215 ser alvo de demissão dos motoristas agora? A culpa é do Estado que não pagou. Esse carro deveria ser recolhido, mesmo. O Senhor falou que não vai faltar transporte. Para nós 1216 1217 já faltou transporte. Recebemos uma denúncia do Hospital em Iguatu e estava prevista 1218 uma viagem para lá hoje, inclusive uma denúncia grave de um médico, e a viagem foi 1219 cancelada. Ficou acordado aqui que os Conselheiros do Interior fariam as viagens. 1220 Precisamos de um carro para irmos na Rodoviária remarcar as passagens. O Senhor disse 1221 que iria informatizar a SESA, olha só como estão as coisas: O CESAU passa um e-mail para o Setor de Transporte solicitando um carro para ir na Rodoviária; O Setor de 1222 1223 Transporte passa um e-mail para que o Secretário autorize; Ai o Secretário autoriza para o 1224 Setor de Transporte, para o Setor de Transporte autorizar o CESAU, dizendo que o carro 1225 vai para a Rodoviária. Eu fui de carona para o centro, fui pra Rodoviária de manhã porque

1226 até então não chegou essa autorização para que o carro fosse conosco remarcar as 1227 passagens. Outra questão é que o Senhor disse que passou 12 anos com o Motorista 1228 Wilson, na Secretaria da Fazenda. Ai guando o Senhor chega na Secretaria da Saúde, o 1229 Senhor dispensa os Motoristas dos Secretários. O Secretário tem que ter o Motorista de 1230 confiança e tem que ter o carro aqui e não é Uber não. Quando se coloca o Uber, o 1231 dinheiro dos encargos sociais vai lá para os Estados Unidos, não está ficando no Brasil. 1232 Precisamos gerar emprego e renda dentro do Estado do Ceará, não é mandando para os 1233 Estados Unidos. O Secretário tem que ter um carro e é um carro bom que imponha 1234 respeito quando ele chegar nos municípios. Pois se ele chegar num fusquinha, e a mesma 1235 coisa que o Senhor chegar numa loja mal trapilho com dinheiro no bolso, ninguém vai olhar 1236 para o Senhor, da forma que olharia se o Senhor estivesse bem pronto embora estivesse 1237 liso. Nós não somos mercado, nós aqui somos saúde. A nossa economia aqui é saúde. Nós 1238 trabalhamos com vida e não com números. Com números trabalhava o Senhor enquanto 1239 Secretário da SEFAZ, aqui são vidas. A Conselheira Antônia Márcia da Silva Mesquita 1240 deseiou boas vindas ao Secretário João Marcos Maia e questionou que a nova Gestão entenda o papel do CESAU. A Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto mencionou aqui 1241 1242 mais cedo, que a gente vive mendigando a presença dos Secretários e isso não deixa de 1243 ser verdade. O Secretário faz parte desse Pleno. A sua frequência aqui é de suma importância. Ela é obrigação sua também. Faz horas que a Secretária Executiva Maria 1244 1245 Goretti Sousa Pinheiro, manda mensagens, manda alguém ligar, que o Presidente Pedro 1246 Alves de Araújo Filho, pede para alguém ligar, enquanto estava todo mundo ali. O único 1247 rosto que nós conhecemos até agora é o seu, o Secretário Marcos Antônio Gadelha Maia 1248 e a Dra. Tânia Mara Silva Coelho. Quando é que de fato esse Secretário vai assumir? Vai 1249 começar a vir pra cá, para poder dar as respostas que precisamos. Não que você não 1250 possa dar. Se existe alguém a frente da Pasta, essa pessoa precisa também assumir as 1251 responsabilidades por elas. Vou lhe dá uma dica. Em Sobral nós tivemos um problema 1252 com o Transporte. Hoje Sobral criou um Sistema próprio que se chama #OcupaCar, um 1253 sistema online que você coloca sua demanda e vê o carro disponível. Isso é agendado de 1254 maneira prévia. Não apresentou prejuízo, não. Só que para nós aqui no CESAU, você vê a gente aqui algumas vezes na semana o Pleno reunido. Mas embora nós não estejamos 1255 1256 aqui todos os dias, o CESAU tem agenda todos os dias. São 184 municípios e o CESAU 1257 anda em todos eles. A gente não tem condição de ficar mandando torpedo, mandando e-1258 mail, esperando desde ontem. Acho que você é o homem das respostas, pois a gente se 1259 sente satisfeito, contemplado, mas ai quando você sai, ficam dúvidas. A SESA é uma estrutura muito grande, atende o Estado inteiro e em momento algum, nós vamos 1260 1261 discordar de você, que onde há sobra desnecessária, ela seja otimizada. O que nós 1262 precisamos é que ela seja transparente, que tenha critérios justos. Todas as decisões que são tomadas no inicio de cada gestão, afeta os usuários, todos nós. E todos somos 1263 1264 trabalhadores. Não podemos fazer de conta, quando chega um trabalhador aqui, fazendo o uso da palavra, dizendo que se sentiu diminuído porque saiu de casa sem ter a 1265 1266 contribuição do almoço para deixar. E que veio pra cá com o coração apertado. Não 1267 estamos agui para ouvir esse tipo de discurso. E hoje de manhã guando aconteceu isso agui, eu me senti pequenininha. Precisamos de pessoas que tenham compromisso com a 1268 1269 Pasta da Saúde, que entendam que o SUS e suas complexidades e que entenda que o 1270 Trabalhador da SESA também é usuário. Independente do que aconteça aqui, se ele 1271 perder o emprego ou se a Unidade Básica de Saúde não funciona, ele está sendo 1272 atingindo da mesma forma e nós precisamos defender os dois lados. Nós temos a mesma 1273 bandeira. A diferença é quem hoje está a frente da Gestão, tem um olhar mais holístico de 1274 o que é Gestão. E nós que estamos na ponta do servico, sabemos onde é que sangra.

1275 quando a Gestão toma um posicionamento sem olhar para os dois lados. Então vamos, 1276 Doutor trabalhar de verdade juntos. O CESAU não tem condições de ficar sem o transporte. E para concluir, nós precisamos conhecer o Dr. Carlos Roberto Martins 1277 1278 Rodrigues Sobrinho, o Dr. Cabeto, peca para ele aparecer por agui, pois precisamos saber 1279 de fato quem ele é. Se ele pretende de fato assumir a Secretaria. A Conselheira Laciana 1280 Farias Lacerda disse que se ontem tinha ficado preocupada com a fala do Dr. João 1281 Marcos Maia, hoje a preocupação aumentou um pouco. Não porque ache que não vai dá 1282 certo. Essa questão da otimização dos cortes necessários. Mas gueria entender qual é o 1283 plano B da SESA, porque é histórica a falta de profissionais dentro do Sistema de Saúde. 1284 Realmente nós precisamos acabar com os cargos políticos, dentro dos hospitais, dentro 1285 das Unidades de Saúde. Nós precisamos retirar os terceirizados sim e abrir vagas de 1286 concurso público. Nós precisamos de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários, nós precisamos de dignidade do trabalhador. Quando o Senhor fala de Economia da Saúde, 1287 1288 treme, uma vez que medidas de austeridade na saúde, a deixa com a certeza que a Saúde 1289 no Estado do Ceará e vindo o Senhor lá da Secretaria da Fazenda, nós estamos falando da Saúde como mercadoria e Saúde não é mercadoria. Saúde é investimento. Quando o 1290 1291 Senhor falou ontem aqui, concordando comigo, que o Estado do Ceará é uma grande 1292 empresa que se quiser gerar lucro, nós utilizemos ferramentas do "compliance" dentro 1293 dessa grande empresa que é o Estado do Ceará, o Senhor se limitou a dizer que o 1294 "compliance" vai ser utilizado aqui dentro da SESA. E eu digo para o Senhor que não vai 1295 funcionar, se não se incluir os 184 municípios, pois são nos 184 municípios que nós 1296 estamos sem receber um tostão de salário. O Senhor recebe seu salário para estar aqui. 1297 Nenhum de nós recebe salário para estar aqui, essa é a grade diferença do Controle Social 1298 para Gestão em Saúde. A questão do transporte é importante, mas mais importante ainda 1299 é como esses motoristas estão rodando inclusive sem segurança, pra nós e pra eles, pois 1300 a qualquer momento podemos ficar no meio da estrada porque o carro vai ficar preso. O carro do CESAU desde 2014, não tem o licenciamento pago. A última vez que o motorista 1301 1302 foi parado pela Policia Rodoviária Federal, o aviso foi dado: "Dá próxima vez fica todo 1303 mundo". Até um tempo desses, se alguém tiver coragem de assumir, dissesse se a 1304 questão do desconto das multas nos contrachegues de vocês está acontecendo. Porque 1305 se algum motorista tiver coragem, diga. São problemas que são bola de neve. Quando se 1306 fala da necessidade do Controle Social, a Conselheira Antônia Márcia da Silva Mesquita colocou perfeitamente: "Nós temos atividades todos os dias". Seja do Pleno, das Câmaras 1307 1308 Técnicas, nós temos CANOAS que é Câmara Técnica de Acompanhamento da Regionalização da Assistência no SUS, nós temos a Câmara Técnica de Saúde do 1309 1310 Trabalhador -CTST, nós temos os Fóruns. Aí eu queria que o Senhor me dissesse como é que a gente fala de economia de palito. Porque quando o Senhor diz: "Vamos cortar no 1311 Transporte", Doutor é a mesma coisa que eu dissesse lá em casa: "Vamos deixar de 1312 1313 comprar fósforo, porque a gente acende com isqueiro. Economia de palito. Na Saúde, nós não podemos tratar sobre isso. Concordo com o Senhor: "Ninguém precisa ter um 1314 1315 motorista fixo". Se o Senhor achar que assim vai funcionar. Eu concordo com seu direito de 1316 dizer, eu não concordo com a fala dita. Porque o Motorista do CESAU, ele sabe o que 1317 fazer, aonde ir com a gente. Eu tenho certeza que o Motorista André também sabe. Tenho certeza que qualquer um aqui sabe o que fazer no momento que ele tem uma demanda de 1318 1319 como atender. Então quando o Senhor fala: "Vamos fazer uma fiscalização, vamos ser 1320 transparente. Nós precisamos e exigimos porque é lei que seja transparente. Nós não 1321 estamos aqui pedindo favor a Gestão. E se a Gestão compreender o verdadeiro papel do 1322 Controle Social, nós vamos ter um caso de amor eterno. Nós vamos caminhar juntos, 1323 vamos construir juntos. Porque nós somos os olhos de onde o de vocês não alcancam.

1324 Nós temos um olhar diferenciado. Nós temos a coragem de trazer para este Pleno denúncias que provavelmente seus técnicos, seus servidores não teriam. Então nós 1325 levantamos debates de onde muitas vezes quem tá lá nas CRES seguer consegue ir nos 1326 1327 municípios. Porque nas CRES também tem a questão da burocratização. Então vamos desburocratizar e vamos fazer o exercício da Gestão para o Controle Social, pois vocês 1328 1329 precisam entender que esse Pleno não é composto de pessoas incapazes. Nós temos um 1330 olhar crítico, um olhar profundo e nós temos o conhecimento de todas as leis, debatemos a 1331 Política de Saúde de forma profunda e na prática. Então se a Gestão vier compreender 1332 qual é o papel do Controle Social e que nós fazemos tudo isso sem receber salário algum, 1333 porque nós não fazemos isso por salário, e sim por um SUS sustentável para que as 1334 futuras gerações tenham condições de dispor de todos os serviços do SUS que hoje nós 1335 dispomos. Ai nós vamos caminhar de mãos dadas de abracos e a gente ainda vai se beijar 1336 numa confraternização de Natal, porque caso contrário a gente não caminha. Queria só 1337 lembrar: Nós estamos em ano de Conferência e temos 184 Conferências Municipais 1338 acontecendo. Nós temos um trabalho de Diagnóstico de Conselhos, onde encontramos quase 80 % dos Conselhos visitados, totalmente desarticulados, totalmente fora da 1339 1340 realidade, diferente do que a lei preconiza. Só existe no papel. Na prática um horror. Esse 1341 papel é do CESAU, de suprir esse problema dos municípios. Ainda temos 22 Conferências Regionais, onde nós vamos filtrar e organizar as Diretrizes das Conferências Municipais 1342 1343 para realização da Conferência Estadual. A Conferência Estadual forma um documento 1344 orientador final, onde deixa para o seu Gestor uma orientação das Políticas que estão 1345 fragilizadas no Estado do Ceará. Então se o nosso papel não é de relevância máxima, se a 1346 gestão consegue fazer isso sem inviabilizar o trabalho do CESAU. Gostaria de entender 1347 como iremos de Uber para as Conferências. Se o Senhor me trouxer uma solução menos 1348 burocrática, ai eu concordo com tudo que o Senhor colocou. Se não, eu continuo dizendo. 1349 Medidas de austeridade na Saúde que alcançam o Controle Social serão um desastre. E 1350 fazer o "compliance" no Estado sem envolver os municípios igualmente. A Senhora Maria 1351 Edilza Andrade da Silva desejou bom dia ao Dr. João Marcos Maia e disse que como 1352 profissional de saúde, como Agente Comunitária de Saúde e usuária do SUS, ficou preocupada quando ele disse: "Para se ter um gerenciamento melhor no Ceará, nós 1353 precisamos ter Saúde Fiscal e Financeira". Eu acredito que todo setor precisa ter o seu 1354 Controle. Precisa ter também diálogo, respeito, entre o Controle Social existente no 1355 1356 Estado. Quero acreditar que a Secretaria da Fazenda não tinha um Conselho que 1357 debatesse Controle Social. A Saúde no nosso Estado tem o Controle Social que é formado por esse Conselho. Porque a nova Gestão, pensando nas mudanças que iriam existir nos 1358 1359 setores, não chamou esse Conselho para questionar? Pegou todo o Pleno de surpresa e prejudicando o desenvolvimento das ações do Conselho. É desrespeitar aquilo que já 1360 existe. Porque não custa nada. Pensou em mudanças na Saúde, chama-se o Conselho 1361 Estadual de Saúde. Me entristece muito, quando o Senhor diz: "Vamos combater as 1362 contratações". O Senhor fala em combater e ao mesmo tempo fala em Uber. Perguntou 1363 1364 Uber para a Saúde, para o Controle Social? Isso é gerar economia?. Entendo que Saúde 1365 nunca gerou economia. Ela gera despesas. Porque o Gestor pode abastecer um hospital pra 06 meses. E ele gastar todo o consumo em menos de 30 dias. Com a violência que 1366 ocorre em nosso Estado, por exemplo. Então peço a nova gestão, respeito ao Conselho 1367 1368 Estadual, Conselhos Municipais e ao Controle Social. Se houver esse diálogo, teremos uma boa Saúde em todo o Ceará. O Conselheiro Joaquim José Gomes Nunes Neto 1369 pediu um parêntese ao Presidente Pedro Alves de Araújo Filho e aproveitando a presença 1370 1371 da Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto e o Dr. Ricardo Cesar Vieira Madeiro, 1372 informou que não compareceu ontem na Reunião pela questão da dificuldade dos

1373 Gestores Municipais não aceitarem as Declarações do CESAU. Nós temos que sair com a Recomendação do Ministério Público, nós temos que fazer alguma coisa para que isso 1374 aconteça junto ao TCM ao TCU para que isso aconteça na realidade. Nós estamos tendo 1375 1376 dificuldade com Gestores da Saúde, com Gestores da Segurança com todo tipo de Gestores no Estado do Ceará para liberação de pessoas que venham fazer seu 1377 1378 voluntariado, para fazer uso de sua relevância pública do Controle Social e isso não está 1379 acontecendo no Estado do Ceará. Para quem não me conhece, meu nome é Joaquim José 1380 Gomes Nunes Neto Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários do Município de Grande Porte - Fortaleza, com assento neste Conselho. 1381 1382 Gostaria de entender Senhor João Marcos Maia, como a SESA está sendo comandada por 1383 uma pessoa que não está nomeada? Ou está nomeada? Já saiu no Diário Oficial? pode 1384 comandar uma Secretaria sem tá nomeado? Muito me preocupa quando uma pessoa com status de Secretário de Saúde do Estado ou Secretário Adjunto, vá se preocupar em liberar 1385 1386 um transporte. Me desculpem. Isso dói. Que nem recentemente numa reunião da CISTT 1387 não foi liberado lanche ou almoco para os Conselheiros. E como vocês sabem, somos no mínimo não devemos gastar para estarmos agui. E fomos lá uma 1388 1389 comissão de 03 Conselheiros falar com o Dr. Marcos Antônio Gadelha Maia: "Tenho o 1390 maior prazer de atender os Senhores, desde que seja agendado com a minha Secretária". 1391 Em outrora isso não existia. Parece que é assim que tem que tratar os Conselheiros daqui 1392 pra frente. Nós não somos de ficar perturbando Gestores de hora em hora, somente 1393 quando há uma necessidade. Já vi vários Gestores aqui, entre uma audiência e outra, abrir para atender os Conselheiros. "Será que esse Secretário está vindo para a SESA por 1394 1395 causa de um projeto de mais de R\$ 100 milhões de reais para um complexo hospitalar e nenhum Secretário anterior quis assinar porque esse projeto, não passa aqui nesse 1396 1397 Conselho". Isso é uma pergunta e quero colocar entre aspas, para depois não colocarem 1398 coisas na minha boca, dizendo que eu sou tolo ou ouro de tolo. Isso me preocupa pois 1399 estamos tendo "n" dificuldades no Hospital do Coração, no Hospital Dr. César Cals, cirurgia 1400 dos obesos, Hospital Geral nós vamos nos preocupar com palitos? Nem esses "palitos" 1401 que tem hoje, estão servindo a contento que são esses carros e essa turma boa que transporta a gente no dia a dia, pra fazer visita técnica, conferências, diagnósticos, 1402 capacitações. Nós temos necessidade de transportes a mais e não retirar o que ainda 1403 1404 temos. O Estado é grande e com municípios com mais de 800 km de distância. A gente 1405 tem que ter qualidade, para o motorista não está dormindo na estrada. Vamos se 1406 preocupar com os salários altíssimos dos terceirizados e de cargos dos Deputados. Ai eu acredito na Gestão. Vamos falar com o Elcio Batista (Secretário-Chefe da Casa Civil), 1407 1408 Nelson Martins (Assessor de Relações Institucionais), Vamos falar com o Governador. Vamos deixar bem claro. Esse Conselho tem poder sim. Ele é igual ao Secretário de 1409 Saúde. E tem o poder de deliberar e trancar a pauta do governo se assim for necessário. E 1410 assim pedirei se agui não tiver melhoras. Pergunto a representante do Ministério Público: 1411 Pode-se comandar uma Secretaria sem está nomeado? Muito obrigado! A Conselheira 1412 1413 Maria Irene Filha de Sousa iniciou pedindo desculpas ao Dr. João Marcos Maia, quando 1414 ela se pronunciou dentro do Auditório Arco Verde, por ter se exaltado, uma vez que ela é mediadora e acredita na roda de conversas. Mas o tema sobre os motoristas a toca muito 1415 uma vez que ela é filha de caminhoneiro que morreu aos 66 anos por cargas de trabalho 1416 1417 forçados, tomando arrebite e o coração não aquentou. "Trancar os motoristas e deixar os Conselheiros sem transportes", não pode, uma vez que estamos a beira de uma 1418 1419 Conferência. Se não temos carros nem para vir para as Reuniões, imagina para a 1420 Conferência. Porque as Conferências Municipais estão bombando. A de Caucaia inicia-se 1421 dia 26. Está tudo organizado. E a nossa Estadual? Disse que concorda com a fala dos

1422 Conselheiros Joaquim José Gomes Nunes Neto, Laciana Farias Lacerda, Asevedo Quirino 1423 de Sousa e como é que a pessoa não está nomeada? Pode isso? Doutora Isabel Maria 1424 Salustiano Arruda Porto, gostaria de lhe ouvir. O Dr. João Marcos Maia respondeu aos 1425 questionamentos, inicialmente dizendo que para não haver ruido de comunicação, em 1426 momento algum ele defendeu o transporte por Uber. Ele falou que no ano passado foi levantado essa hipótese, pois tem Estado que adotou. Não é o caso do Ceará. Não 1427 1428 gostaria que essa informação saísse distorcida daqui. "João Marcos, não concorda com 1429 transporte de Uber. O modelo tem que ser bem definido, para que haja o serviço de 1430 transportes para todas as áreas, conforme a demanda de cada unidade. Esse modelo 1431 Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa, não está informatizado. Nós estamos falando da 1432 necessidade de informatizar os processos da SESA. Uma vez que os processos daqui 1433 foram desenhados há muito tempo atrás. Não estão informatizados. Todo dia eu assino toneladas de papel. Quando hoje tudo é eletrônico, assinatura digital. Não há necessidade 1434 1435 de continuar na era do papel, quando se está num nível bastante elevado de informatização dos processos. E o processo de informatização, não acontece num estalar 1436 de dedos. É muito trabalho e esforco. O Governador já solicitou a cessão do Dr. Carlos 1437 1438 Roberto Martins Rodrigues Sobrinho, o Dr. Cabeto, para a Universidade Federal do Ceará 1439 -UFC, e esse pedido vai para Brasília, é um processo burocrático e ainda não foi efetivado. 1440 Mas quem tá respondendo pela SESA é o Dr. Marcos Antônio Gadelha Maia. Os 1441 Secretários Executivos nomeados é que estão tocando a Secretaria. O Dr. Carlos Roberto 1442 Martins Rodrigues Sobrinho, o Dr. Cabeto é uma pessoa de uma mente brilhante que vai 1443 contribuir muito para esse sistema. Por favor não se precipitem antes de conhecer, dialogar 1444 e discutir com o profissional. Afinal precisamos ser democráticos e não desqualificar a pessoa com base na primeira percepção. O Dr. Carlos Roberto Martins Rodrigues 1445 1446 Sobrinho, o Dr. Cabeto está no auditório ao lado e eu estava lá, reunimos todas as 1447 Diretorias dos Hospitais do Estado discutindo formas de melhorar a qualidade de 1448 atendimento ao cidadão. Eliminar algumas distorções como pessoas nos corredores dos 1449 hospitais e isso ter que ser resolvido urgentemente, bem como discutidos outros temas. 1450 Daqui à pouco saio daqui, peço para ele vir aqui, para que vocês conheçam pessoalmente. 1451 Gostaria que vocês dessem credibilidade a Gestão. Faz 30 dias que assumi agui na SESA. Eu não sabia o que era SESA. Estou sabendo agora. O que eu sabia sobre a SESA era 1452 1453 como Secretário da Fazenda. E só pedido de dinheiro. E quando chegava o pedido do 1454 dinheiro eu cortava. Porque eu não conhecia a SESA. Estou conhecendo agora. Lhes 1455 confesso porque não tenho o que esconder. Só chegando números: "João Marcos, preciso de R\$ 87 milhões. Pra que? Faltando 3 dias para terminar a Gestão no ano passado. São 1456 1457 questionamentos que vocês precisam compreender. Devemos falar e emitir opiniões com 1458 maturidade e com respeito. É necessário que figuras públicas sejam tratadas com respeito. 1459 Não lancemos e joguemos sobre elas suspeições. Cada um de nós tem muita experiência e contribuição para dar ao Estado do Ceará. E nós acreditamos e concordamos com o 1460 Controle Social. É extremamente necessário o Controle Social. Quanto a questão do 1461 1462 transporte, o velho modelo burocrático de pedido por Whatsapp certamente será 1463 redesenhado. Os critérios não serão baseado em multas, para os motoristas. A minha disposição é de cortar com base em critérios objetivos. Se a pessoa tem que trabalhar 40 1464 1465 horas semanais e sistematicamente a pessoa trabalha a metade disso, não tem porque ela 1466 está agui. Compreendam isso. Eu vou levar em consideração as faltas, outros critérios e 1467 não multas. A questão do teleservicos de transportes, certamente vamos caminhar por ai. Mas com motorista e carro da SESA. Teremos um "Pool de Serviços de Transportes" onde 1468 1469 esse processo vai permitir um atendimento em tempo real, tal e qual Sobral ou qualquer 1470 outro Estado que já tenha esse servico estabelecido. O modelo de Motorista do João

1471 Marcos, Motorista do fulano, do sicrano, não prevalecerá mais. Esse modelo do Motorista do João Marcos, durante 12 anos na SEFAZ, realmente foi assim, lá também está 1472 1473 mudando. Todo o Estado está repensando os modelos de prestação de serviços. Sobre 1474 cargos políticos. Ontem eu coloquei isso. A SESA precisa ter um Plano de Cargos e Carreiras para o bom funcionamento do Sistema de Saúde. E isso certamente irá 1475 1476 acontecer. Estou indo conversar com a Dra. Soraia Thomaz Dias Victor - Tribunal de 1477 Contas do Estado do Ceará conversar sobre o Concurso Público e as carreiras que já 1478 estamos estudando. A Fundação Dom Cabral, respeitada no Brasil todo, está fazendo esse 1479 estudo para definirmos as novas carreiras na SESA, visando atender todas as Unidades. 1480 Esse modelo está esgotado e desorganizado. Concordo com a Conselheira Laciana Farias 1481 quando se fala que Saúde é investimento. O cidadão cearense para ser 1482 produtivo, para gerar valor para a sociedade ele tem que ter no mínimo saúde e condições 1483 saudáveis para trabalhar. Salário, Plano de Cargos e Carreiras já falei; Uber eu não 1484 defendo essa ideia, sou contra. E ninguém da SESA defende isso. Respondendo a Senhora Maria Edilza Andrade da Silva em relação a Saúde Fiscal e Financeira deve-se 1485 1486 levar em consideração que qualquer país do mundo só pode fazer alguma coisa pelo seu 1487 povo se tiver equilíbrio fiscal. Um Estado quebrado e falido como o Rio Grande do Norte 1488 não tem o que fazer. Nenhum sistema funciona. Estou falando do Rio Grande do Norte 1489 porque é nosso vizinho. Mas dos 27 Estados brasileiros, tem uns 24 guebrados. Os 1490 Estados precisam se organizar financeiramente para poder financiar as Políticas Públicas, 1491 os serviços que o cidadão tanto almeja. O fundamento de todo esse processo chama-se 1492 diálogo. O diálogo dá sustentabilidade. Como um homem de modernização que sou, pelas 1493 experiências que eu tive em vários órgãos do Estado, nenhuma transformação aconteceu 1494 sem discussão com os servidores de forma sustentável. O fundamento básico é a 1495 sustentabilidade no processo de transformação é o diálogo. Em relação aos 1496 questionamentos do Conselheiro Joaquim José Gomes Nunes Neto, informou que o Dr. 1497 Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho, o Dr. Cabeto está trabalhando sim com a 1498 gente, mas quem está respondendo formalmente é o Dr. Marcos Antônio Gadelha Maia. 1499 Ele participa das discussões, escuta as pessoas. Ele não assina nada, não tomou posse 1500 ainda e não está no exercício do seu cargo, inclusive confirmando a informação com a Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto. Em relação aos motoristas, gostaria de pedir 1501 1502 mais uma vez a vocês para se aquietarem, vou discutir as 14:00 no Comitê Executivo da 1503 SESA essa questão. Vocês não tem noção da sobrecarga de trabalho que nesse momento 1504 está nas nossas costas. Tem dia que eu vou almocar as 05:00 da tarde; nós somos 1505 sensíveis as questões de vocês. Em momento algum passou pela nossa cabeça prejudicar 1506 os motoristas, as horas extras, pra quem trabalha viajando. O André fica comigo até 09:00 ou 10:00 da noite. Eu já vim trabalhar aqui no sábado e domingo. Então não é justo que o 1507 trabalhador não receba uma remuneração digna. O modelo do sistema de transporte não 1508 está definido. Em relação aos altos salários de terceirizados, em nível de gerência, de 1509 assessoramento técnico, ele merece receber uma remuneração compatível com 1510 1511 complexidade de sua atividade. Haverá Conferência. O CESAU precisará de mais serviço 1512 de transporte? Estou a disposição do Presidente Pedro Alves de Araújo Filho para recebêlo, independente de agenda, para montar um cronograma, para vermos qual é a 1513 1514 necessidade que o CESAU tem. Não haverá falta de serviço de transporte para o CESAU, 1515 em qualquer momento. Seja em Conferência ou não. Isso eu posso garantir para vocês. 1516 Nós acabamos de fechar o Plano de 100 dias. Lá estão contempladas todas as medidas. e agora nós vamos para os desdobramentos disso. É o que vai acontecer nos Hospitais, 1517 1518 objeto da reunião de hoje de manhã; nós vamos fazer os desdobramentos com a equipe do hospital, para a gente poder melhorar a qualidade e o desempenho do servico prestado 1519

1520 a população. Mais uma vez solicito a vocês que integram o CESAU que nós dêem crédito para trazer as propostas para cá e discutir com vocês. Não há o que esconder de ninguém. 1521 1522 Eu sou uma pessoa que acredita no diálogo o Dr. Carlos Roberto Martins Rodrigues 1523 Sobrinho, o Dr. Cabeto, ídem. Um homem altamente educado e por favor desmistifiquem as figuras. As vezes a gente mistifica alguém e cola naquela pessoa uma imagem 1524 1525 negativa. Vamos dar oportunidades para as pessoas se apresentarem como eles são. A 1526 Conselheira Antônia Márcia da Silva Mesquita perguntou ao Dr. João Marcos Maia se ele 1527 entendeu a necessidade dos carros fixos para o CESAU, uma vez que a agenda do 1528 Conselho precisa ser cumprida além dela ser extremamente ligada ao funcionamento da 1529 SESA. Outra dúvida foi em relação aos motoristas. Como fica a situação deles? Ontem 1530 quando o Senhor estava aqui, sua preocupação foi mandar lavar o seu carro para poder vir 1531 trabalhar. A preocupação do Motorista Pedro Araújo, foi o almoco dele e da sua família. Lembrou que o Controle Social também cuida da valorização e da precarização do serviço 1532 1533 e que cada Conselheiro tem o papel de defender a desburocratização. O Conselheiro 1534 Asevedo Quirino de Sousa, disse que tem um problema sério no Controle Vetorial. Na gestão passada demitiram motoristas do UBV, do carro fumaçê, sem critérios. "São 1535 homens que não estão fazendo nada, vagabundos. Vamos demitir". Foi assim que foi 1536 1537 utilizado no passado. Eles são o nosso exército. Não querem utilizar o nosso exército. Mas na hora que tem qualquer epidemia, esses homens estão prontos e treinados. Porque tem 1538 1539 uma velocidade correta, para o inseticida agir. Se o carro trafegar rápido demais, não tem 1540 efeito, se for lento demais, pode causar intoxicação na população. São motoristas 1541 capacitados para isso. E o que fizeram? Demitiram, pois estavam fazendo "nada". E em 1542 seguida, veio uma epidemia. Contrataram e levaram pessoas de outros setores da SESA, 1543 para dirigir esse tipo de carro, como se dirigir um carro fumacê fosse igual a dirigir outro 1544 carro. Deve-se observar os critérios, pois nós temos um exército que hoje está parado, e a 1545 qualquer momento que estourar uma epidemia, esses homens estão prontos e deve-se 1546 observar essas questões. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho informou ao Dr. 1547 João Marcos Maia que irá sistematizar todas as demandas e deixar claro até para poder 1548 trazer para o Pleno o que está acontecendo. Efetivamente estamos com problemas com o 1549 transporte. Se hoje o Senhor tiver disponibilidade a Mesa Diretora conversa com o Senhor. 1550 O Dr. João Marcos Maia disse que estava indo conversar com a Dra. Soraia Thomaz Dias 1551 Victor - Tribunal de Contas do Estado do Ceará conversar sobre o Concurso Público e 1552 retornará para a SESA. Em seguida estará a disposição de vocês. Em relação aos 1553 questionamentos da Conselheira Antônia Márcia da Silva Mesquita, informou não saber que tipo de modelo de transporte será adotado para o CESAU, pois deve discutir com o 1554 1555 Comitê Executivo da SESA. Mais uma vez pediu oportunidade de mostrar para o CESAU, 1556 a realização de uma Gestão eficiente, dialogável, compartilhada, sem medos. Os motoristas não devem ter medos de mostrar os receios e as dores. Se vocês não disserem onde está 1557 1558 apertando o sapato, eu não vou ter como ajudar. Estou a disposição dos motoristas e de qualquer outra categoria, na minha sala. Gostaria que o Presidente Pedro Alves de Araújo 1559 1560 Filho formalizasse para mim essas demandas. Em seguida eu levo para o Comitê 1561 Executivo da SESA e aí adota-se o que for proposto. A Conselheira Laciana Farias Lacerda pediu para o Dr. João Marcos Maia que se dê a oportunidade de conhecer o 1562 Controle Social. Do grande trabalho de relevância que se realiza aqui, porque o Senhor 1563 1564 mesmo disse que integrava o COGERF, mas o COGERF não entende de Controle Social. 1565 Hoje o Senhor está aqui sabendo onde o sapato aperta, o Senhor vai entender que Hum 1566 Milhão, Dois Milhões, Quinze Milhões para a Saúde, não é nada. E que se a gente não se 1567 organizar em todos os níveis de Atenção à Saúde, começar a trabalhar a promoção e a 1568 prevenção. O investimento a nível estadual secundário e terciário não vai consequir jamais

1569 suprir isso. É o nosso trabalho de verificar. Porque se o COGERF por ventura entendesse 1570 o que é o Controle Social, no ano passado não teria editado a Resolução querendo controlar o repasse fundo a fundo, está fora da legalidade. Nós temos que caminhar juntos. 1571 1572 Da mesma forma que nós vamos passar a compreender essa nova forma de gestão, e vamos contribuir para que isso ocorra da melhor forma possível, nós precisamos que 1573 1574 vocês estejam sensíveis para compreender o que é o Controle Social e de como nós 1575 caminhamos juntos com vocês. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho disse que o CESAU vai sistematizar todas as demandas e que efetivamente precisa ficar claro para a 1576 1577 Gestão que o papel do Conselho não é Consultivo e sim Deliberativo e queremos participar 1578 da construção da Política. Essa é uma conversa que precisa ser feita com o Conselho 1579 Gestor da SESA, porque isso é uma construção histórica do entendimento do Controle 1580 Social na Administração Pública. Haja vista o desmonte de vários Conselhos, por posturas equivocadas, por desconsiderar a importância do Controle Social. Passando para o 1º 1581 1582 Ponto da Pauta: VI Congresso Brasileiro de Direito e Saúde: A Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto e o Dr. Ricardo Cesar Vieira Madeiro estão aqui para falar sobre o 1583 tema, que já está na Programação do CESAU, no Planejamento que foi feito ainda em 1584 1585 2018. O Dr. Ricardo Cesar Vieira Madeiro agradeceu o Presidente Pedro Alves de Araújo 1586 Filho e informou que o VI Congresso Brasileiro de Direito e Saúde é um Congresso idealizado há 08 anos atrás e tem por finalidade fazer essa discussão sobre os problemas 1587 1588 que afligem o cidadão no que diz respeito a saúde. Tem por finalidade fazer essa interface 1589 entre a área técnica jurídica e os verdadeiros operadores da saúde onde se inclui o 1590 Controle Social. O Controle Social tem sido temática constante em todas as 5 edições 1591 passadas desse Congresso. No V Congresso tivemos a participação dos Conselhos 1592 Estaduais, Municipais, Secretários de Saúde e nesse ano teremos a parceria da 1593 Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde - AMPASA, das 1594 Promotorias de Saúde de todos os Estados brasileiros. Teremos uma participação mais 1595 efetiva de Promotores de todo o Brasil. É um Congresso que se realiza durante guatro 1596 dias, a abertura terá a participação inicialmente com a Palestra do Ministro da Saúde e do 1597 Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra sobre o cenário atual. Com vistas na perspectiva da efetivação do Direito à Saúde. O Congresso tem a participação 1598 1599 em Mesas Redondas, com Palestras, também foi convidada a Procuradora Geral da 1600 República, Raquel Elias Ferreira Dodge e deverá estar presente no encerramento. A 1601 participação do CESAU sempre foi e deverá ser de extrema importância inclusive em 1602 participação em Mesa. Uma das Mesas será exatamente "O papel do Controle Social na efetivação da saúde como direito" tendo o Presidente Pedro Alves de Araújo Filho 1603 1604 representando o Conselho Estadual de Saúde - CESAU. O Presidente do Conselho Nacional de Saúde também deverá estar presente nesse evento. Teremos a participação 1605 de 28 convidados de outros Estados, com discussão muito rica e quem participou das 1606 outras edições, sabe do que estou falando, aqueles que não conhecem é uma 1607 oportunidade ímpar de conhecer. Dentro desse apoio de patrocínios, tem a inclusão de 100 1608 1609 (cem) inscrições para o CESAU, onde estariam inscritos todos os Conselheiros efetivos e 1610 suplentes, além da possibilidade de se estender aos Conselhos Municipais, caso seja preciso alguma outra inscrição, não tem problema nenhum. O importante é a participação 1611 do Controle Social no evento. O Conselheiro Reginaldo Alves das Chagas informou 1612 1613 que esse Congresso já está no calendário da Saúde Pública no Ceará, e está aqui 1614 representando o Conselho Estadual de Secretarias e Secretários Municipais de Saúde -COSEMS, e desde o Congresso passado a relação com o Judiciário melhorou muito. O 1615 1616 Congresso em si, tem sido uma ferramenta importante de abertura de diálogo. É óbvio que algumas distorções ainda acontecessem. Tem ação judicial pedindo o nome de fantasia de 1617

1618 medicamento, quando nós somos proibidos de licitar com o nome de fantasia. Alguns médicos particulares dizem que não aceitam medicamentos genéricos, de onde ele tira 1619 essa informação. Uma vez que a ANVISA normatiza que a droga que está ali, é realmente 1620 1621 a droga que está sendo colocada na bula. Acredita que existe um desvio do processo de judicialização, quando a pessoa pega essa via para garantir um direito que não é para todo 1622 1623 mundo e sim somente para ela. Um direito vale quando ele é para todo mundo. Quando se 1624 faz uma artimanha para que ele só sirva para mim.cria-se um problema. Observa-se 1625 também a questão dos prazos e multas. Muitas vezes são colocados prazos de 24 horas 1626 para aquisição de medicamentos sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00. Tem prazo de 1627 48 horas para aquisição de remédio sem licitação. Questões que não estamos conseguindo resolver na esfera jurídico - administrativa a gente tem melhorado com o 1628 1629 Congresso. Solicito aqui que se faca ampla divulgação entre Juízes, Promotores Públicos. 1630 Secretários, para que se possam dialogar Secretário de Saúde, Ministério Público, Juízes, 1631 sem ser na Mesa de Negociação daquela querela. Pois ali o debate não é mais o mesmo. A Juíza fala: "O Cidadão tem direito, você compra, se cale e não fale nada". Quando se 1632 1633 está discutindo no campo das idéias, sem uma ação na mão, fica muito melhor o 1634 entendimento. Trazer para esse campo a Assistência Farmacêutica do Estado, do 1635 Município, deixar claro o que é PPI, o que não é PPI, o que é Alto Custo. Nós temos um financiamento tripartite da questão do medicamento. Mas só quem vem sendo penalizado 1636 1637 é o município. Não chega até Governador, ao Presidente, se vai ser preso, por não 1638 fornecer medicamentos. Mas chega ao Prefeito, ao Secretário. Do financiamento tripartite, 1639 a judicialização chega mais forte sobre o ente municipal. Pois é ali que a vida se dá. É 1640 saudabilíssimo esse tipo de entendimento. Acho que ele deve ser ampliado. Como 1641 representante do COSEMS/Ceará gostaria que estivéssemos em peso nesse Congresso. 1642 Inclusive com desdobramentos regionais. Se a gente não puder trazer todo mundo pra cá, 1643 por exemplo a Comarca de Aracati, pegasse 04 municípios e debater. Sobral com seus 20 1644 municípios promover um debate por lá. Porque é um problema de primeira ordem a questão da judicialização na Saúde Pública. A Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto 1645 falou que já conversou com o COSEMS, para ver o maior número de inscrições dos 1646 1647 Secretários Municipais de Saúde e lembrou que um dos requisitos desse Congresso é a qualificação dessa judicialização com o Ministério Público, Defensorias e Juízes. Nós 1648 1649 temos o Comitê de Judicialização da Saúde que estão inseridas todas essas instituições., 1650 promovendo esses debates da melhor forma de judicializar. O que eu queria mesmo era 1651 que nem houvesse a judicialização. Garantir o Direito sem Judicializar. E que a gente fizesse uma composição antes mesmo de chegar ao Judiciário. Tanto que na realização 1652 1653 desse Congresso o Instituto Brasileiro de Direito e Saúde – IBDS, com a função de trazer 1654 para os Conselhos, Ministério Público, Magistratura, um aprimoramento do processo de judicialização, quais as formas para a realização da dinamização sanitária. Ontem mesmo 1655 na pauta no CNMP, muitos colegas de imediato fazem a judicialização, e eu estava 1656 contrário a essa posição. Chamar os protagonistas, entre eles o prescritor, e discutir essas 1657 1658 demandas com o prescritor. E trazer a questão da responsabilidade, pois nem tudo é de 1659 responsabilidade do município. Trazer a responsabilidade da União, dos Estados e Municípios. O IBDS vai trabalhar primordialmente as parcerias, trazendo aulas, palestras, 1660 tanto na área do direito público e privado. Discutir a Saúde Pública, e Suplementar, 1661 1662 Responsabilidade Civil, Criminal e Ética dos Profissionais de Saúde e Gestores, lançando 1663 na praça esses cursos. Haverá abertura de inscrições para quem quiser participar do 1664 nosso Instituto, com publicação de revistas, artigos, para que nosso evento seja cada vez 1665 mais diferenciado. Em relação aos questionamentos do Conselheiro Reginaldo Alves das Chagas disse que as sugestões dele são muito boas e válidas e ela tem a mesma 1666

1667 preocupação. A Conselheira Laciana Farias Lacerda disse que o Congresso Brasileiro de 1668 Direito e Saúde é um evento de alto nível e infelizmente na última edição tínhamos várias inscrições disponíveis para os Conselheiros e não comparecem. Certamente aqueles que 1669 1670 foram trouxeram na bagagem um grande aprendizado. Foi um evento grandioso. Nós debatemos temas que aqui no Pleno estamos debatendo diuturnamente. Lá, encontramos 1671 1672 ferramentas que podem ser utilizadas no Controle Social. É um universo de aprendizado 1673 constante. De altíssimo nível. Com convidados que vem de fora dando o melhor de si. 1674 Para fins de comparação, eventos de bem menos importância que esse agui, que vem 1675 para o Pleno, que é para viajar, aqui é briga de tapa. Esse Pleno fica lotado. E um evento 1676 aqui em Fortaleza, só porque não vai gerar diária, o Pleno fica quase esvaziado. Aqueles que tiveram o prazer de participar da última edição, estejam conosco novamente. E 1677 1678 aqueles que não participaram se dêem esse presente. O debate é de altíssimo nível, junto com a OAB, Ministério Público, Academia, com Mestres, Doutores, Gestores. Vamos falar 1679 1680 sobre a judicialização, Controle Social, Direito e Acesso a Saúde, debater juntos e um aprendizado que dinheiro nenhum no mundo paga. Conto com a colaboração dos 1681 companheiros do CESAU, para que possamos nos fazer presentes no VI Congresso 1682 1683 Brasileiro de Direito e Saúde. A Conselheira Jimilly Mendonça Maciel falou com enfase, 1684 pois participou de todas as edições do Congresso. Disse que na edição do ano passado, foi uma palestra de um médico, Dr. Gifonny que falava das modalidades de morte. Ficou 1685 1686 impressionada com a apresentação, pois participou de todos os dias do evento. Está 1687 sendo pleiteado aqui a colaboração do CESAU para participação de seus Conselheiros, 1688 porém acho prudente que seja feito o que foi feito em outras solicitações. "Quem quer 1689 participar?" Porque não adianta se pagar inscrições para Conselheiros, que não estarão 1690 presentes lá. Ano passado só foram 09 Conselheiros de mais de 40 inscrições. Se fala tanto em Responsabilidade de Recursos, tanto em procedência do que é correto, tanto em 1691 1692 se fazer o que é justo, lutamos para fazer o que é certo e estamos fazendo o que é errado. 1693 Se existe esse Congresso que trata de temas relevantes em todos os segmentos da área 1694 da Saúde e nós estamos inseridos dentro desse segmento, é importante que, quem queira 1695 participar, se apresente, diga para a Secretária Executiva desse Conselho para fazer sua 1696 inscrição e não fazer inscrições em vão para que haja o cumprimento de um calendário. Se 1697 já está na programação era de extrema importância que nesse dia, todos os Conselheiros, 1698 estivessem lá, não só na questão de punição, de se descontar do Conselheiro a inscrição 1699 que foi feita e ele não foi. Quando se vai para um Congresso que a pessoa faz a inscrição 1700 pagando do próprio bolso, se não comparece, a pessoa pede o ressarcimento, quando o Conselho está pagando, para os Conselheiros se atualizarem com que está se discutindo 1701 1702 nacionalmente. Nesse Congresso estavam Desembargadores, os grandes debates que foram discutidos na Área da Saúde, foram apresentados por eles. O que o Judiciário 1703 entende, em relação aos Processos de Judicialização? Porque nem sempre o Juiz tem 1704 conhecimento dos atos médicos, simplesmente aceita os processos e quando dá suas 1705 liminares, prejudica tanto as Unidades de Saúde, quanto o Estado. Se é para os 1706 1707 Conselheiros estarem nesse evento, a minha sugestão para o pleito que está sendo posto, 1708 se for para que haja a solicitação para que todos possam ir, em termos de inscrições, que seja dos Conselheiros que queiram participar. Solicito a Dra. Isabel Maria Salustiano 1709 1710 Arruda Porto e o Dr. Ricardo Cesar Vieira Madeiro, que fazem parte da Comissão 1711 Organizadora do Congresso, que vejam a questão dos "Coffee Breaks", pois só tinha 1712 biscoito e café, e achei uma falta de respeito com as pessoas. Quem vem do interior, não 1713 vem abastecido e que só façam as inscrições de quem queira participar. O Conselheiro 1714 Joaquim José Gomes Nunes Neto informou que não é de hoje que o CESAU dá esse apoio e também participa desse valoroso evento. Se a gente vai "comprar" a cota cheia. 1715

1716 verificar quais Conselheiros tem disponibilidade desses dias e os que não tiveram, quais os 1717 Municípios e Coordenadores de Fóruns ou semelhantes que possam está aqui. Com o 1718 compromisso de participar do evento e não de fazer a inscrição e ir embora e voltar no 1719 último dia. Assessores do CESAU, Conselhos Municipais, no sentido de contribuir nessa discussão que é feita no Congresso. O VI Congresso Brasileiro de Direito e Saúde será 1720 1721 entre os dias 28 a 31, certamente eu trabalho 24x72hs e eu tenho que pagar 02 plantões 1722 para participar, já que as Declarações do Controle Social não valem mais nada mesmo. E 1723 a gente tem que buscar uma solução Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto e o Dr. 1724 Ricardo Cesar Vieira Madeiro. O que eu estou alegando aqui é que o evento são 04 dias. 1725 Eu trabalho 24x72hs, tenho que pagar 02 plantões ou no mínimo 01 se eu estiver 1726 encaixado no do meio, já que as Declarações do Controle Social não estão sendo aceitas 1727 no Estado do Ceará pelos Gestores da Saúde, Gestores da Segurança, "n" Gestores não estão aceitando as Declarações do Controle Social. Se vamos comprar a cota cheia, dos 1728 1729 04 dias, vamos ver quem vai participar, realocar essas vagas para os Conselhos que 1730 tenham suporte que se comprometam a trazer os Conselheiros, além dos Coordenadores de Fóruns. Quem é Coordenador de Fórum é Conselheiro. O Conselheiro Asevedo 1731 1732 Quirino de Sousa, disse que já tiraram o assento do CESAU no Comitê Gestor da SESA. 1733 Devemos questionar ao Dr. Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho o Dr. Cabeto, porque da retirada do CESAU do Comitê Gestor. Em relação do Congresso, observou que 1734 1735 antes da aprovação por este Pleno, verificar se já tem a logomarca do CESAU no rodapé 1736 do material. Nós não devemos e não podemos ficar de fora desse evento. São 100 1737 inscrições que estão sendo postas. Se só 03 Conselheiros forem, temos 97 inscrições para 1738 disponibilizar para os Conselhos Municipais. Já tem vários anos que a contribuição do CESAU é o mesmo valor, R\$ 20.000,00. Proponho manter o mesmo valor, as 100 1739 inscrições e o Conselheiro e o Assessor Técnico que for participar, tem que dizer com 1740 1741 antecedência, para que as demais vagas possam ser disponibilizadas para os CMS. O 1742 Conselheiro Reginaldo Alves das Chagas, fez a votação do apoio do CESAU em R\$ 1743 20.000,00 ao VI Congresso Brasileiro de Direito e Saúde, convertido em inscrições: 1744 VOTAÇÃO 23 VOTOS A FAVOR. NENHUM CONTRÁRIO, 01 ABSTENÇÃO. Dr. Ricardo 1745 Cesar Vieira Madeiro, agradeceu o apoio e desejou boa Reunião a todos. O Conselheiro Reginaldo Alves das Chagas, fez a leitura da RESOLUÇÃO Nº 07 /2019 - CESAU, que 1746 1747 RESOLVE, 1) Manifestar seu posicionamento contrário ao processo de municipalização, 1748 e/ou estadualização do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e as 1749 políticas que norteiam a assistência à saúde junto a SESAI/MS, DSEIs e Pólos Bases, 1750 sendo defendido pelo Excelentíssimo senhor Ministro da Saúde, Dr. Luiz Henrique 1751 Mandetta. 2) Recomendar aos Conselhos Municipais de Saúde, cujos municípios tenham 1752 povos indígenas reconhecidos, para que os mesmos através de Resoluções e/ou Moções 1753 manifestem-se através de discussões e apoio a não municipalização e/ou Estadualização 1754 do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e as políticas que norteiam a assistência à saúde junto a SESAI/MS; Perguntou se o Pleno está suficientemente 1755 1756 esclarecido e colocou em votação a referida Resolução: VOTAÇÃO 24 VOTOS A FAVOR. 1757 NENHUM CONTRÁRIO, NENHUMA ABSTENÇÃO. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, promoveu a recondução da Conselheira JIMILLY MENDONÇA MACIEL, na 1758 1759 condição de SUPLENTE, REPRESENTANTE DA FEDERAÇÃO DAS MISERICORDIAS E 1760 ENTIDADES FILANTRÓPICAS DO CEARÁ – FEMICE. A Conselheira Jimilly Mendonça Maciel informou que o Senhor MARCELO VASCONCELOS, será o TITULAR e ele é o 1761 Diretor Presidente do Hospital São Francisco de Assis do Crato-CE, e ele não veio na data 1762 1763 de hoje. Ontem ele estava presente na Reunião. O Presidente Pedro Alves de Araújo 1764 Filho, leu a Recomendação do novo Presidente do Conselho Estadual de Secretarias e

1765 Secretários Municipais de Saúde – COSEMS reafirmando a continuidade do Conselheiro REGINALDO ALVES DAS CHAGAS, Secretário de Saúde de Icapuí, 1766 TITULAR e da Conselheira MARIA LUCIANA DE ALMEIDA LIMA, Secretária de Saúde de 1767 1768 Morada Nova, na condição de SUPLENTE, como Representantes do COSEMS nesse Colegiado. O Conselheiro Reginaldo Alves das Chagas, agradeceu a articulação do 1769 1770 CESAU, na pessoa do Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, e disse que o COSEMS fez 1771 uma reeleição e tinha um indicativo que ele não permanecesse no CESAU e iria para a 1772 Comissão Intersetorial Bipartite- CIB, e através de uma negociação da Mesa Diretora e 1773 outros Secretários, decidiu-se que esse é um espaço importante para que ele 1774 permanecesse no CESAU. Agradeceu ao Assessor Técnico Paulo César de Araújo a 1775 Secretária Executiva do CESAU, Maria Goretti Sousa Pinheiro e demais pessoas que se 1776 articularam para que isso fosse possível. Em seguida falou da satisfação de estar nesse 1777 Colegiado. Nós estamos em um momento muito delicado. Se nós não melhorarmos e nos 1778 emponderarmos nosso discurso, se não fizermos um filtro do que realmente é importante 1779 aos ouvidos do Gestor, nós corremos o risco de sermos levados "na barriga". Estou como Conselheiro, pois acredito no Controle Social, independente do local que eu esteja, isso é 1780 1781 bom para o Gestor. Informou que é Gestor desde 1997, quando foi Secretário de Saúde de 1782 Reriutaba. E desde então, passou por alguns municípios. Foi para a esfera federal e voltou para os municípios. E o Controle Social ajuda o gestor. Ele vê o que o Gestor não enxerga. 1783 1784 Ele pega no "calo" de onde o gestor não sabe onde está funcionando. O Gestor tem uma 1785 tendência a se desculpar a apaziguar, e para o Usuário a vida é agora, o que está faltando na Unidade Básica de Saúde, no Hospital. Para além de onde estiver, precisamos defender 1786 1787 o Controle Social. Não está claro se o Governo Estadual tem isso como prioridade e está 1788 claro que o Governo Federal não tem. O CESAU precisa melhorar o seu enfrentamento, se qualificar para o embate, pois tempos difíceis virão. O SUS está sob ataque, podemos 1789 1790 perder esse sistema e acabar com o Controle Social. Vida longa ao CESAU e ao Controle 1791 Social. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, falou sobre o Ponto de Pauta 1792 Regimento Interno do CESAU e informando que o mesmo não foi concluído. Estão 1793 faltando as atribuições da Comissão Intersetorial da Saúde da Mulher e da Câmara 1794 Técnica de Vigilância. Parada para o Almoço. Retorno no turno da tarde. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, falou sobre o Ponto de Pauta da 8ª Conferência Estadual de 1795 1796 Saúde do Ceará, em relação ao TERMO DE REFERÊNCIA, junto a proposta da Comissão 1797 da Infraestrutura. O Conselheiro Joaquim José Gomes Nunes Neto, informou que depois 1798 das sugestões apresentadas por todas as Comissões, a Comissão da Infraestrutura 1799 no referido termo. A Assessora Técnica Ana Cristina propõe pequenas alterações 1800 Tabosa fez a leitura das alterações sugeridas no TERMO DE REFERÊNCIA, que versa 1801 sobre a Contratação de serviços especializados em organização de eventos para as ações 1802 referentes à realização da 8ª Conferência Estadual de Saúde do Ceará, no período de 26 e 27 de junho de 2019. A Secretária Executiva do CESAU, Maria Goretti Sousa Pinheiro. 1803 informou que o Conselho Nacional de Saúde ainda não acatou a solicitação de mudança 1804 1805 de data da 8ª Conferência Estadual de Saúde do Ceará. Informou ainda que enviou um 1806 oficio ao CNS, com o compromisso do CESAU em enviar as propostas e número de delegados ao término da 8ª Conferência Estadual de Saúde. Após devidos esclarecimentos 1807 1808 e discussões, o Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, fez a votação do Termo de 1809 Referência: VOTAÇÃO 15 VOTOS A FAVOR. NENHUM CONTRÁRIO, 01 ABSTENÇÃO. 1810 A Conselheira Maria Irene Filha de Sousa, justificou a Abstenção, de seu voto informando 1811 que sua palavra foi cerceada em todo período da tarde. Em repudio saiu da reunião. O 1812 Presidente **Pedro Alves de Araújo Filho**, passou para o Ponto de Pauta sobre o Plano 1813 Estadual de Oncologia e pediu para a Assessora Técnica da COPAS Luciene Alice da Silva

1814	apresentar o Plano de Ação de Oncologia. Após devidos esclarecimentos e discussões, o
1815	Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, agradeceu a Assessora Técnica da COPAS
1816	Luciene Alice da Silva, esperando contar com a parceria em outros momentos. O
1817	Presidente Pedro Alves de Araújo Filho, informou que a Conselheira Antônia Márcia da
1818	Silva Mesquita será a representante do CESAU no Comitê Estadual de Controle da
1819	Tuberculose. Informou que o Dr. Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho o Dr. Cabeto,
1820	até o presente momento não compareceu e os encaminhamentos sobre as posturas da
1821	Gestão, seguem. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião a qual FOI
1822	GRAVADA e após submetida à Secretária Executiva para leitura, análises, correções e à
1823	Plenária para aprovação onde ficará disponível nos arquivos do Conselho Estadual de
1824	Saúde do Ceará – CESAU, para fins de provas, pesquisas e como documento. Fortaleza,
1825	18 e 19 de Fevereiro de 2019.
1826	Maria Goretti Sousa Pinheiro (Secretária Executiva)
1827	Maria do Socorro Cardoso Nogueira Moreira (Assessora Técnica)
1828	Manoel Rodrigues e Silva (Assessor Técnico)
1829	Luis Lucio de Sousa Neto (Apoio)